

**... a ilusão de igualdade através do
consumo ...**

Resumo	3
Introdução	4
I - A sociedade do Capital	11
Apresentação	11
... a importância do dinheiro no Capital	14
... a transformação em vários dinheiros (dinheiro pode gerar outros dinheiros) - a fabrica do dinheiro	16
Mercados do capital ficção	18
II - A desigualdade no Capital	20
O que diz a economia	20
Ética e moral na sociedade do Capital	25
A justiça e equidade dentro da sociedade DC	30
A perspectiva de justiça e equidade	32
John Rawls	32
... e a teoria da justiça	32
A regra no capital em John Rawls	35
Robert Nozick	37
... anarquia e estado	37
A Regra no capital em Robert Nozick	41
Amartya Sen	42
... e a sua ideia de justiça	42
A ideia das “capacidades” em Amartya Sen	45
A ideia de ética e economia em Amartya Sen	47
A ideia Regra no capital em Amartya Sen	52
III - A igualdade através do consumo	54
A igualdade ficcional	61
Conclusão	64
Bibliografia	78

Resumo

Este trabalho pretende apresentar uma perspectiva filosófica sobre a ilusão da igualdade através do consumo na sociedade de cariz liberal e regulada pela economia de mercado (neoliberal) do século XXI. Procuo a resposta a esta questão, partindo de três pensadores, John Rawls, Robert Nozick e Amartya Sen. Os três desenvolvem diferentes conceitos de intervenção do Ser social na sociedade procurando princípios de igualdade e justiça.

Esta sociedade liberal e regulada pelo Capital, tem como peça fundamental o dinheiro. Uma sociedade criadora de diferentes tipos de dinheiros para a fabricação de ilusões que atuam num sistema social “money power”, regulado pelos dinheiros, e pelas ilusões de satisfação no consumo.

A passagem da sociedade AC (antes do capital) para a sociedade dos dinheiros, o mundo DC (depois do capital), a ilusões provocadas pelo consumo no “socius”¹, a sociedade liquida² das construções de ilusões para consumir, a oferta dos dinheiros (crédito), como fonte de aquisição de satisfações, conduz a sociedade do capital em alta aceleração, a um consumo ficcional que acaba por reger a vida dos seus Seres transfigurados na ilusão da igualdade. Enfim, na sociedade DC (depois do Capital) os valores morais e éticos transfiguram-se à imagem deste novo modelo de sociedade.

Por fim as questões: o que a justiça pode trazer à sociedade Depois do Capital para a personagem da desigualdade? O valor da regra na sociedade como forma de garantir não a igualdade, mas uma maior equidade na sociedade DC? A resposta poderá ser dada pela “A Ideia de Justiça” em Amartya Sen?

Palavras Chave: Capital; desigualdade; consumo; credito; ilusão; igualdade; dinheiro; justiça; moral; ética e equidade.

1

2

Introdução

John Rawls, Robert Nozick e Amartya Sen, desenvolvem diferentes conceitos de sociedade e de intervenção do Ser no desenvolvimento social. Mas os três são unânimes e condenam mecanismos de interferência por parte do estado na criação de engrenagens para reduzir a desigualdade. Para estes autores a igualdade social só pode ser criada através da intervenção social dos cidadãos na sociedade, sempre num contexto de liberdade. Mas o próprio conceito de liberdade, imprescindível para a actual sociedade, apresenta diferenças de definição em Rawls, Nozick e Sen, bem como, a descrição do Ser social, cidadão para Rawls e “cliente”³ do estado para Nozick.

Na sociedade do capital a distribuição de rendimentos é efetuada através de algo muito prático e de fácil percepção, o dinheiro. O dinheiro tem um papel importante nas nossas sociedades é a peça fundamental no desenvolvimento a uma escala global do sistema do capital. À medida que o dinheiro foi evoluindo e banalizado pelo fácil acesso a todos os Seres: primeiro através da moeda metálica, depois através do papel moeda, agora nos dias presentes através do plástico, e até já alcançou a forma virtual através de bits. O sistema do capital à semelhança e em paralelo com o dinheiro, seguiu os seus passos tornando-se cada vez mais ágil nos seus movimentos, e mais perceptível por todos os seus intervenientes.

A sociedade e os seus Seres também evoluíram com o dinheiro. Fazendo o percurso da sociedade do Capital começamos pela sociedade “Antes do Capital” (AC), passando para a sociedade “Com o Capital” (CC) e por fim a sociedade “Depois do Capital” (DC). A sociedade AC marca o período em que o Sistema Feudal reinou, sendo uma sociedade economicamente e socialmente fechada e isolada. A Sociedade “Com o Capital” (CC), iniciando-se século XVIII com o início da revolução industrial acompanhando toda a idade moderna. Por fim a Sociedade “Depois do Capital”, surgiu nos anos 50 do século XX, e evoluiu até aos dias de hoje. A sociedade DC (a base deste trabalho) é caracterizada pela alteração dos padrões económicos do sistema do Capital, ou seja, uma economia baseada na produção para suprir necessidades, passou para um sistema baseado na satisfação do Ser através do consumo constante de bens. Esses bens deixaram de ser duráveis, como no sistema CC para serem descartáveis. A sociedade DC passou a ser um sistema fabricado na ilusão e na ficção, criados através da oferta da satisfação através do consumo, e também pela produção de dinheiro. Na sociedade DC o mecanismo para aceder ao consumo não é através da distribuição de rendimento, mas pelo crédito que é apresentado como a chave quem procura aceder à satisfação. Com o dinheiro através do crédito, o Ser já pode consumir, já pode obter a satisfação através da aquisição. Apesar da materialidade dos bens, estes não passam de uma ficção, ficção nas ilusões criadas a quando da sua aquisição e ficção da sua posse. Os bens de consumo adquiridos através da oferta de dinheiro, apesar do Ser, ser o proprietário a detenção resulta de uma aquisição

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

proveniente de um meio emprestado, que o terá de devolver (dinheiro a crédito). Se a devolução não correr conforme o previsto, arrisca-se às consequências de perder o bem.

A sociedade do capital funciona como um icebergue. No cimo funciona a parte visível do sistema, é o que vimos e sentimos como Seres participantes nesta sociedade. Por baixo o “underwater” o sistema que fabrica e comanda todos os viveres sociais.

Com o sistema do capital na sociedade DC, na parte visível do icebergue, a desigualdade do Ser face à repartição do rendimento proveniente do capital, também não passa de uma ilusão que é combatida através do consumo. É com o consumo e a criação de mecanismos para o Ser consumir cada vez mais e mais, que a desigualdade no capital é combatida. Na sociedade DC, a sociedade da ilusão, uma sociedade líquida, imediata em que o sistema do capital marca e desmarca constantemente os seus territórios, cria permanentemente novos códigos, tudo em grande aceleração e em rotação sobre ele próprio. Esta nova era altera de forma permanente os princípios morais e éticos, também estes à imagem da última novidade, do desejo, do correcto, o objectivo é fazer com que o Ser esteja em pressão constante sobre ele próprio, o objectivo é fazê-lo consumir, e se não tem rendimento para tal, a nova ética social incentiva-o a procurar o que possibilita o consumo (dinheiro), partindo da ilusão que o fará mais igual. Com a ilusão de uma igualdade através do consumo, este novo Ser social, vive num território ficcional de consumo e de uma realidade transfigurada por várias fantasias trazidas pelo consumo. Na prática vive num estado de real de profunda desigualdade mas, numa ilusão durável mas finita de igualdade.

É neste contexto, na sociedade DC, em que a desigualdade dos menos favorecidos é combatida pelo consumo. A forma que apresenta para inverter o estado de desigualdade, não é o consumo mas, passando por uma maior equidade através de princípios morais e éticos, trazidos através da regra como um princípio de justiça igual para todos os Seres da sociedade DC.

É com este princípio Amartya Sen afirma que pela alteração dos padrões económicos e pela regra, através dos princípios “niti”⁴ e “nyaya”⁵, a desigualdade real no capital pode ser combatida. Sen apresenta-nos a economia do bem-estar e a regra baseada na experiência de vidas dos Seres como uma ideia de justiça. John Rawls também foca a regra como um princípio de justiça, mas a regra através das instituições justas que produziriam Seres justos. Nozick apresenta-nos uma visão diferente através da posse, sem a imposição de regras para tornar a sociedade mais correcta.

Para John Rawls “uma teoria da justiça” implica liberdade, igualdade e distribuição de riqueza terá benefícios e responsabilidades para todos dos cidadãos. Rawls vê a justiça como equidade, abrangendo aspectos sociais e económicos. Apresenta-nos uma visão de justiça bastante alargada, em

4

5

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

que a situação mais favorável para esta escolha é segundo este autor a “posição original” que adota da ideia clássica de contrato social.

John Rawls apresenta-nos três princípios de justiça, o “princípio da utilidade” - visa a maximização da utilidade total ou média, não tende em atenção à forma de distribuição e menos ainda à maximização da utilidade total ou média, mas sim à maximização do mínimo que cada um pode ter, O “princípio da justiça” - consiste na atribuição a cada indivíduo um mínimo muito elevado de bens sociais primários, incluindo oportunidades de riqueza. Esta definição tem como originalidade que o mínimo não é negociável em função de qualquer acréscimo de utilidade social. Por fim o “princípio da perfeição” - este princípio, por sua vez, conduziu os indivíduos dotados de determinadas qualidades ou virtudes sejam beneficiados na distribuição de bens sociais primários. Assim este princípio apenas beneficiaria o índice de bens sociais primários de alguns e não da generalidade dos indivíduos.

Uma teoria de justiça verteria num conjunto de princípios transformados em regras que obrigatoriamente teria que o princípio e liberdade e uma legislação justa, garantindo igualdades de oportunidades em sentido equitativo e distributivo de rendimento e de acordo com o “princípio da diferença”.

Para Robert Nozick os direitos individuais decorrem são constitutivos, ou seja, a justiça decorre desses direitos e do seu respeito absoluto, ao contrário de Rawls, os direitos e deveres dos cidadãos de uma sociedade bem ordenada decorrem da justiça.

Em Nozick, cada indivíduo é proprietário do seu corpo e da sua vida, mas também da liberdade para usar dos haveres materiais, que, no uso dessa liberdade, passa a acumular. A auto-propriedade, portanto, defini-se por direitos individuais ao próprio corpo, liberdade e posse. Esses direitos estabelecem restrições absolutas àquilo que os outros e o Estado podem fazer.

A justiça em termos sociais e económicos é aquela que diz respeito às posses ou haveres do indivíduo. Assim a justiça nesse sentido implica que os indivíduos tem direito ao que adquirem e que inicialmente não pertence a ninguém, também tem direito ao que lhe é transferido ao longo do tempo. Se algum detém algo que não resulta desses princípios entra os tribunais para rectificar a sua posse.

Amartya Sen junta-se com a ideia de capacidades, ou seja, a justiça não consiste na distribuição equitativa dos bens primários através de uma estrutura básica mas antes na promoção de capacidades ou poderes que os indivíduos efetivamente temperam as realizações individuais e colectivas. Mais ainda, o conteúdo da justiça não deveria ser decidido de uma vez por todas, a partir da perspectiva da posição original, mas antes em termos mais práticos e variáveis, de acordo com o que as circunstâncias podem sugerir para a promoção das capacidades humanas. Em vez do

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

institucionalimos transcendental de Rawls, Sen propõe uma perspectiva centrada nas realizações praticas medida pelo desenvolvimento das capacidades.

Mas apesar da procura de soluções para uma menor desigualdade e uma maior equidade entre o Ser em sociedade, mas a realidade apesar de todas as boas intenções, apresenta-nos algo bastante diferente. O economista Thomas Piketty nos seus trabalhos que relacionam a desigualdade criada pelo sistema económico, demonstra que só com uma justa distribuição do rendimento nos tornamos mais iguais. Os tempos da história mostra-nos que a desigualdade é moldada pela forma como os actores políticos, sociais e económicos definem o que é e não é justo, ou seja, aplicam a justiça. Justiça como aplicação directa no capital e na possibilidade de repartir rendimentos mais equitativamente.

A causas que identificadas ao longo da história para a diminuição da desigualdade foram no século XX, a contribuição dos conflitos bélicos - que provocaram uma drástica redução do retorno do capital através da destruição provocada, e não a ilusão da contribuição da sociedade do capital, para uma maior igualdade económica.

Como não podemos estar a fabricar conflitos para que destruam os mecanismos de distribuição dos rendimentos, a sociedade do capital tem que criar princípios éticos e morais que evitem e fomentem o combate à desigualdade social, da mesma forma como contribuem para a acumulação de rendimentos provenientes do capital em determinados grupos sociais. Para Piketty o investimento na educação, qualificação, é um factor que no longo prazo pode contribuir para a redução da desigualdade económica.

Para o Ser DC, na parte visível do icebergue, a sociedade apresenta-se por uma concepção de necessidade moral, apresentada por vários sistemas religiosos e políticos de forma a combater a imperfeições da sociedade do capital. Imperfeições baseadas em propensões egoístas moldadas pelo sistema do capital. Assim como uma serie de mais imperfeições éticas e morais, levam a que se realizem múltiplas coisas pouco dignas nos negócios, nos governo e na vida privada dos Seres sociais, ou seja, muitas são noticias de mentiras, lutas e mortes provocadas pela posse do dinheiro.

Mas esta parte de menor dignidade dos Seres sociais, no actual sistema, através o egoísmo humano acaba também por mostrar um outro lado, uma contradição, transformada na virtude de saber captar impulsos transformados em generosidade que impulsionam e desenvolvem a atividade económica no Capital, contribuindo para o beneficio de toda uma sociedade

Os Seres sociais “fogem” da implementação de um sistema politico que termina-se com a desigualdade de rendimento face aos seus princípios egoístas. Ao longo da historia do século XX muitos foram os exemplos de tentativas de formarem sociedades mais igualitárias, tendo como fim terminarem com a desigualdade económica provocava pelo egoísmo do Capital. O resultado nunca

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

foi o esperado e foi sempre o mesmo, no fim, esses sistemas que se baseavam na igualdade e na justiça tiveram a virtude de os seus cidadãos ficarem mais iguais na desigualdade.

É com base nestes princípios egoístas que a sociedade DC tem que procurar através formas de reduzir a desigualdade, através de uma maior e mais justa distribuição de rendimento, em primeiro lugar através dos seus Seres sociais, e em segundo, pela aplicação de regras e princípios que permitam uma maior e mais natural repartição de rendimentos.

Para Amartya Sen esta transformação social para a igualdade é possível efetuar através da justiça que desenvolve na sua obra “A Ideia de Justiça”, e em valores éticos nas relações económicas.

A análise de Sen sobre ética e economia, aborda impacto humano baseado no interesse pessoal na qualidade da análise económica.

Identifica três dificuldades para uma “ideia” de justiça. São, “a inelutável relevância dos comportamentos reais que identifica como princípios que haverão de regular as instituições pertencentes à própria estrutura social básica; as “alternativas à perspectiva contratualista” e a “relevância das perspectivas globais” com as dificuldades em construir um “contrato social mundial”.

O princípio não é combater a desigualdade com igualdade mas sim com princípios de justiça, permitindo ao Ser aceder a um conjunto de direitos universais, fornecidos através de fundamentos éticos do próprio Ser e de princípios também universais de justiça económica.

Sen refere o afastamento entre o atual sistema económico baseado na felicidade do resultado, com o afastamento entre o atual modelo económico e a ética, que provocou uma das principais deficiências na sociedade contemporânea baseada no dinheiro. O comportamento do Ser enquanto homem em sociedade é afectado por considerações éticas, que influencia o comportamento humano. O centrar da ética, nas considerações da economia leva este autor a desenvolver o tema da economia do bem-estar, que no seu entender terá como consequência algum impacto no comportamento efetivo na sociedade, e, por isso, as considerações éticas devem ser relevantes para a logística económica moderna, ou seja, a economia na sociedade DC.

Sen assenta a economia do bem-estar na ideia de que a economia, tal como se apresenta, pode ser mais produtiva se dermos mais atenção às considerações éticas que moldam o comportamento e o discernimento humano; e analisa certos desvios dos princípios comportamentos normais da teoria económica que podem decorrer de considerações éticas distintas, quer individuais quer em grupo.

Apresenta um comportamento social contemporâneo pode ir contra a estratégia aparentemente dominante de cada pessoa, mas as condições da racionalidade do grupo de um tipo específico influenciam muitas vezes o comportamento efetivo sem envolverem qualquer defeito no

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

conhecimento da pessoa. Esta forma de actuação, pode influenciar a maneiras como a economia do bem-estar pode ser enriquecida dando-se mais atenção a valores éticos. A questão é saber de que forma a economia moderna da sociedade DC, o conhecimento e a política podem ser melhoradas permitindo que a economia do bem-estar desempenhe um papel na determinação do comportamento individual e de grupo e como o estudo da ética pode, por sua vez, beneficiar de um contacto mais próximo com a economia baseada no sistema do capital e assim diminuir as desigualdades da sociedade baseada no dinheiro.

Se nos intervenientes sociais, forem criados incentivos de racionalidade do comportamento do Ser, com a consistência interna da escolha individual, juntando a maximização do interesse pessoal, poderá fornecer uma abordagem mas para a igualdade do comportamento humano.

Sen identifica as limitações dos conceitos “assistencialistas”, não fazendo parte recorrente de um procedimento social na sociedade DC. Identifica dois aspectos o “bem-estar” e a “acção”. A distinção entre o “aspecto de bem-estar”, que inclui os sucessos e as oportunidades de uma pessoa num contexto da vantagem pessoal do indivíduo, e o “aspecto da acção”, que as examina em termos de objectivos mais alargados, em que a análise vai além da busca do bem-estar próprio, com resultados produtivos. Sen estabelece uma distinção entre elementos da justiça distributiva e valorizações mais extensivas do indivíduo ou do grupo. Isto conduz a uma discussão sobre a várias formas de actuar social na busca do bem-estar contribuindo para uma limitação da desigualdade. Factores como a “pluralidade e a avaliação”; “comensurabilidade”; “completude e consistência”; “teoremas da impossibilidade”, bem como resultados de possibilidade positiva e caracterização construtiva.

Sen aplica o consequencialismo à economia, mostra também com a relatividade de posição e a sensibilidade do agente do juízo moral sobre questões tão fundamentais sobre os direitos e liberdade. Direitos de igualdade de distribuição da riqueza, evitando recorrer aos estados “normais” do comportamento humano da busca pelo bem-estar economia através do egoísmo social e próprio.

Sen sugere que os problemas de incentivo para lidar com estas questões podem ter de ser reformulados se os devido ao comportamento por interesse pessoal foram admitidos na análise económica.

Na obra de Sen a ideia de justiça como forma da economia de bem-estar, através da condução do indivíduo como Ser social, através da ética na economia para a pratica de movimento que poderão em termos económicos contribuir para a redução da desigualdade, de uma forma recorrente na sociedade baseada Capital, onde a livre iniciativa em que o aceleracionismo económico está patente e é o seu principal objectivo encontrar formas, cada vez mais eficazes, de produzir e aumentar lucros, fazer mais e mais dinheiro, aumentando os princípios de desigualdade. A forma de combater

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

esse processo é instruir o Ser através de princípios éticos e morais de justiça social de forma a produzir não a igualdade mas sim, é a equidade e o bem-estar económico em sociedade.

I - A sociedade do Capital

Apresentação

Na sociedade do capital faço a analogia com icebergue, no cimo a sociedade como o conhecemos e vivemos, la em baixo “underwater” o sistema que não se vê mas é sentido, à superfície, por todos os Seres.

O progresso chegou com o capital, transformando a sociedade. Mas qual foi o percurso até nós da sociedade do Capital?

Consideremos a sociedade antes do capital (AC) no espaço entre o fim do feudalismo e o início da era industrial. Segue-se a sociedade com o capital (CC), como todo o período da revolução industrial e da introdução e triunfo do sistema económico do capitalismo. Período do Século XVIII até ao início do Século XX. Tempo de transformação social em vários níveis, com o surgimento de novas classe sociais, como proletariado e triunfo da burguesia como classe dominante. Durante este período nasce as grande urbes e surgem os grandes complexos industriais. Uma sociedade marcada pelo progresso e transformações constantes. Desenvolvem-se as vias de comunicação,, e os meios de transportes, com o caminho de ferro, o barco a vapor, o espaço e o tempo vão se reduzindo. No comercio aparecem os grandes armazéns, o consumo dá os primeiros passos, os hábitos sociais alteram-se, cada vez mais a sociedade tornam mais urbana. Nesta sociedade CC, a industria do capital vai-se fortalecendo-se, a criatividade na produção de dinheiro vai aumentando. O capital ficcional cresce, o sistema financeiro vai-se desenvolvendo-se as disponibilidades de capital financeiro vão aumentando, a propensão dos primeiros Bancos em financiar através de empréstimos o industria e o comercio vai crescendo. Surgem as sociedades por ações, fazendo nascer as primeiras sociedades com muitos donos. Resumindo, na sociedade CC, o capital iniciava a sua consolidação e expansão pelo mundo moderno. Neste período a parte “underwater” do icebergue ira aumentando, ganhando dimensão e complexidade.

Da sociedade CC para a sociedade DC a grande diferença está na produção e no consumo. Enquanto na CC a produção tinha o objectivo de suprir necessidades, na sociedade DC a produção tem como objectivo o consumo, através da ilusão e da procura de resposta às satisfações. Passou-se de uma produção de bens duradouros para bens de consumo imediato, e quase permanente.

O próprios cidadãos também alteraram a sua maneira de ser, de pensar de agir. Passaram de Seres sociais com o intuito de poupar e adquiri bens para suprir necessidades e duradouros, em que ter o superfelo, era mal visto. Para exactamente o contrario. Já não se poupa, mas sim gasta-se o que se tem e o que não se tem, compra-se o que se faz falta e essencialmente o que não se necessita, como

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

definem vários autores, estamos a era do “hiper consumo”⁶ , ou na “sociedade líquida”⁷ com “exércitos de consumidores”⁸.

A sociedade DC, é o sistema económico atual, a sociedade do pós-capitalismo de produção, sociedade baseada nas necessidades de desejos de consumo. A sociedade Depois do Capital - sociedade DC - é uma sociedade essencialmente de consumo, não do consumo para suprir necessidade vitais de vida, mas um consumo em que o novo “socius” conforme definido por Gilles Deleuze e Felix Guattari, que apodera das forças produtivas, unindo-se o capital industrial ao capital comercial e ao capital financeiro, formando uma nova aliança, assumindo posições específicas neste novo estado social.

Esta sociedade surge com base no dinheiro e todos os meios de regulação deste novo “socius” assume uma representação na parte visível do icebergue e no sistema “underwater”.

No cimo à vista,

“O dinheiro surge assim, como, num caso a representação de um corte-extracção possível sobre o fluxo de consumo; no outro, uma possibilidade de corte-destacamento e de rearticulação de cadeias económicas, no sentido em que há fluxos de produção que se adaptam às disjunções do capital....”⁹

no “underwater”

“É já conhecida a importância que tem no sistema capitalista a dualidade bancária entre a formação de meios de pagamento e estrutura de financiamento, entre a gestão da moeda e o financiamento da acumulação capitalista, entre a moeda de troca e a moeda de crédito.”¹⁰

O sistema “underwater”, impõe-nos a sociedade regida pelo capital financeiro, com todos os seus mecanismos de construção de ilusões e pela construção de capitais fictícios.

O capital é o gerador do sistema na sociedade do capital. Funciona como um sistema dinâmico de territorialização, desterritorialização e de aceleração, ou seja, a sociedade tem os seus próprios modelos de funcionamento, marca os seus territórios, movendo-se em grande velocidade.

6

7

8

9

10

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Durante a sua evolução o burguês, passou a capitalista, de capitalista a empresário, e de empresário a empreendedor. O operário em trabalhador, de trabalhador a empregado, de empregado a colaborador. A alteração dos códigos, as marcações e remarcações de território, sempre num movimento acelerado, cada vez mais rápido, do centro para a periferia, sempre à procura de novas preferências.

Nesta sociedade como um todo, existe uma peça fundamental que põe o sistema todo a funcionar e liga todos os seus elos, o dinheiro. O dinheiro marca a vida dos Seres sociais no capital. É com o dinheiro que permite às pessoas enquanto seres participantes na sociedade, participarem no processo de troca, comparando rapidamente e facilmente os valores de diferentes bens, para trocarem com facilidade uma coisa por outra, e também para armazenarem riqueza de uma forma conveniente.

O dinheiro representa a confiança de todo o sistema como representação de valor. Valor que não é posto em causa. É com o dinheiro que os Seres sociais se acabam por socializar e é através do dinheiro que as pessoas acabam por estabelecer o seu estatuto na sociedade. O simbolismo do dinheiro como representante da riqueza que diz quem é que tem poder/estatuto social. O dinheiro é poder e a medida de valor equivalente geral de todos os bens de consumo com valor de uso ou com valor industrial.

... a importância do dinheiro no Capital

O dinheiro é para Karl Marx, a sua unidade de valor e meio de troca como medida no Capital.

A apresentação do dinheiro em Karl Marx, no Capital, capítulo 1 - A mercadoria; c) A forma de valor universal - descreve o dinheiro como “A forma equivalente universal é uma forma de valor geral e pode, expressar-se em qualquer mercadoria.” Este tipo de “mercadoria” em que a forma natural, se funde socialmente tornando-se mercadoria-dinheiro ou funciona como dinheiro. Esta forma dinheiro foi convencionalizada o ouro como possuidor da forma de equivalente universal¹¹, avançando até ao capital dinheiro, sem equivalência real.

No início da sociedade CC, Benjamin Franklin (Século XVIII) justifica a sua importância económica social através de expressões como “lembre-se que tempo é dinheiro”; do crédito “lembre-se que crédito é dinheiro”; “O dinheiro pode gerar dinheiro, e o seu produto pode gerar mais, e assim por diante.”; ou a ética com o valor da palavra dada, “o bom pagador é dono da bolsa alheia”, demonstram a importância dada ao dinheiro.

Max Weber - filósofo do capitalismo, na sua obra - “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” - demonstra a importância das várias seitas protestantes no desenvolvimento do sistema capitalista nos países de maioria protestante, em comparação com os povos que estavam sob o domínio religioso da igreja católica.

Weber, refere o peso do dinheiro na estrutura da doutrina no pensamento protestante, como factor de acumulação capaz de fazer crescer e desenvolver a sociedade do capital. Ter dinheiro, mais precisamente fazer dinheiro se para os católicos, poderia ser uma transgressão aos seus mandamentos, para os protestantes era uma virtude. Virtude, que podia alcançar as graças divinas, pela sua multiplicação, pelo seu não esbanjamento, e por voltar a recolocar-lo na actividade produtiva. O dinheiro não é para esbanjar ou ostentar, mas sim para reproduzir, mas só através da perseverança e resiliência.

Walter Benjamin, define o capitalismo com “uma verdadeira religião”, justifica “... serve essencialmente para satisfazer as preocupações, os tormentos, o desassossego a que antes as chamadas religiões davam resposta.”¹², tendo como importante ornamento de culto o dinheiro, que transforma o capitalismo como sendo um fenómeno religioso em duração e permanente do culto ao capital. fabrica do dinheiro na sociedade do capital

¹¹ A forma de equivalente universal, teve como mercadoria aceite como equivalenter, metais preciosos, como o ouro e a prata, mas o ouro foi socialmente aceite como a forma específica de riqueza.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Mas o dinheiro nesta sociedade é visto como representante material da riqueza, com o seu feitichismo rompe o nexo das relações dos seres humanos com a sociedade, criando uma verdadeira sociedade da ilusão, servindo para esconder a relação social da força de produção.

O sistema Bancário, na parte visível do icebergue, provoca o fetichismo do dinheiro ou a sua ilusão. O dinheiro converte em um fim mesmo, pela universalidade em que tem a representação de todas as mercadorias e permite satisfazer todos os desejos. O dinheiro porém, na sociedade, com uma relação de poder, não tem vínculo com a pessoa. Podemos aqui recorrer a Walter Benjamin, em dois dos seus trabalhos. O projecto “passagens”, onde fala de ilusão da mercadoria, através da criação de fantamagorias, pela da aura e da vitrine, onde está presente o apelo ao desejo das mercadorias. No texto, conhecido como “O capitalismo como religião”, apresenta a religião do capital com todos os seus artefactos. O dinheiro também se encontra numa vitrine de um Banco, a apelar pela sua transformação em desejos.

O dinheiro se converte na representação da riqueza do Ser, que permite satisfazer todos os seus prazeres, permite aceder a todas as riquezas materiais, funciona para a economia como objecto detentor de todo o conhecimento. O dinheiro pode produzir uma sede de conhecimento bem como um apego excessivo à sua posse, conhecido como avareza. O dinheiro é o representante geral da riqueza, reconhecimento social, na ostentação, no poder, e na forma em que permite aceder à satisfação de todos os prazeres que podem ser adquiridos pela intermediação monetária.

O produto do dinheiro, permite acedermos a um mecanismo de ilusão - ilusionismo - para branquear/esconder terminadas funções sociais relacionadas com o circulo de produção, ou seja, o dinheiro esconde o trabalho necessário para produzir a mercadoria, convertida em dinheiro. O dinheiro ou o “money power” esconde as relações sociais dentro do sistema do capital. Quando consumidos, o produto da aquisição de bens de consumo, está escondido pelo dinheiro, o dinheiro esconde os valores do trabalho que estão consumidos nos bens de consumo. O “money power” esconde as relações sociais dentro de uma sociedade.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

... a transformação em vários dinheiros (dinheiro pode gerar outros dinheiros) - a fabrica do dinheiro

Esta é a sociedade “underwater”, não se vê, mas sente-se através dos mercados financeiros.

Primeiro e retornando a Karl Marx recorrendo ao “Capital”, Livro Terceiro - Tomo VII, onde é-nos apresentado o início com a definição do “capital dinheiro” e as formas de produção de capital ficcional, bem como o funcionamento do mercado dos dinheiros. Sigo para sociedade “AC/DC”, ou seja, a sociedade Antes do Capital e Depois do Capital. Nas descrições desta sociedade é apresentada a partir da noção de “socius” na obra de Gilles Gilleuze e Felix Guattari, e a atual sociedade de valores líquidos de Zygmunt Bauman. A nova ordem de desejo do dinheiro através do credito, do consumo, as varias ilusões sociais nos novos “exércitos de consumidores”, ao fim ao cabo a parte visível do dinheiro na sociedade do consumo.

Mas a parte invisível “underwater” está no mecanismo de produção do dinheiro. O “capital dinheiro”, surge com Marx, distingue-se de duas formas: a primeira, provêm do capital produtivo utilizado no financiamento da produção industrial ou no comércio de bens de consumo, o segundo não participa de forma directa no processo de criação de valor através da produção, é o chamado capital financeiro. Temos aqui um choque entre o capital produtivo e o capital financeiro, este está na base da criação do capital ficcional.

Podemos dizer que o capital-dinheiro é o dinheiro que é introduzido no sistema financeiro através de depósitos ficando disponível para o empréstimo, aos sectores produtivos (indústria ou ao comércio) designado por capital produtivo que utilizada o capital financeiro na antecipação de valores futuros, através do desconto de letras de cambio. Estes títulos recaem sobre promessas de pagamento futuras, daí o termo capital ficcional, ou utilizando um termo mais actual, a virtualização do capital.

Com o emprestar dinheiro, o dinheiro transforma-se na mercadoria Capital. O capital quando emprestado tem subjacente o pagamento de uma margem, um “excesso” de capital pelo empréstimo do dinheiro, a este “excesso” chama-se o juro. O juro é a mais valia da mercadoria dinheiro, na industria financeira.

Mas o dinheiro antes de circular no sistema de empréstimos e de ser convertido em capital dinheiro, representa para a economia produtiva diferentes mecanismos da função dinheiro, ou seja, apresenta-se como uma medida de valor (chamado por Marx o equivalente geral): funcionando como intermediário nas trocas comerciais; como meio de circulação, detém valor de uso social através da equivalência do dinheiro na economia e nos preços; por fim, existe parte do dinheiro aplicada no sistema bancário em depósitos onde através do entesouramento de grandes quantidades o dinheiro transforma-se em capital dinheiro, entrando no sistema de empréstimos, o crédito bancário, à

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

economia produtiva e pela economia financeira; transformasse aqui em mais e mais dinheiro, pela criação de dinheiro através de títulos.

Estes princípios de transformação do dinheiro em capital-dinheiro, conduz novamente à analogia com o icebergue, em que no sistema existe uma parte visível que está no cima da água, e o que não se vê, de uma dimensão e complexidade muito maior, debaixo de água, o que provoca muitos choques e afundamentos, na sociedade do capital.

A primeira parte do icebergue podemos identificar como o dinheiro o equivalente geral, meio de circulação com valor de uso social, factor de troca com equivalência na economia através dos preços dos bens de consumo. Por baixo da água está o que não se vê do icebergue, todo o sistema do capital dinheiro, dos empréstimos, da criação de capital fictício e especulativo, e, a mais valia do capital, o juro. Este sistema “underwater”, influencia na deslocação do icebergue pela superfície da sociedade do capital.

Por baixo invisível, por quem circula à superfície, está o controlo do capital dinheiro. O sistema financeiro, com todos os seus elementos com compõem e atuam nos chamados mercados financeiros, na produção do chamado “capital ficcional” produzido por títulos representativos de dividas.

Se é verdade que o capitalismo é, na sua essência ou modo de produção, industrial, ele só funciona enquanto capitalismo mercantil. Se é verdade que é, na sua essência, capital filiativo industrial, ele só funciona enquanto capitalismo mercantil. Se é verdade na sua essência, capital filiativo industrial, ele só funciona se aliar ao capital comercial e financeiro. Podemos dizer que, de certo modo, é a Banca com entidade acumuladora de dinheiro, transformando-o em capital, que sustenta todo o sistema, o investimento de desejo inclusive.

A sociedade DC, depois do capitalismo industrial e comercial, é a sociedade regida pelo capital financeiro, com todos os seus mecanismos de construção de ilusões.

Mercados do capital ficção

O capital ficcional surge pela antecipação de valores sobre títulos de dívida, letras de cambio; promessas de recebimentos futuros que podem ou não acontecer. No limite, todo direito a apropriação de um rendimento futuro, qualquer que seja a sua origem, passa a aparecer como a remuneração de uma propriedade de capital, exista este ou não. Este direito de apropriação futura pode até ser novamente vendido no mercado a outros intervenientes, sociedades ou particulares, que adquirem esse direito de apropriação futura, em troca de um determinado valor de capital.

Estes títulos constituem, passam a existir, com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida. Para o interveniente que comprou o direito de apropriação futura de valor, constitui, de facto, seu capital. Entretanto, do ponto de vista da totalidade do sistema financeiro, constitui um capital fictício, já que possui como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir.

Nasce assim o princípio da ilusão no capital financeiro através de todo o processo de inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros que, em sua grande maioria, nada mais significam que títulos de crédito que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido), incluindo os mercados de derivados, desenvolvidos a partir dos anos 70 do Século XX, e se acelera desde então, como uma forma do capital criar, encontrar, aprofundar espaços de valorização para capitais que estavam, naquele momento, superacumulados, haviam sido produzidos em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de mais valia (lucro) então observadas.

É possível demonstrar que o capital fictício é o desdobramento relativo do capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício, no sentido de que a unidade contraditória do capitalismo expressa pelo processo de produção em que se acentua a apropriação do valor.

O sistema financeiro, produz o seu próprio dinheiro, contribuído para a expansão do sistema do capital, no século XX nas décadas de 80 e 90, cultivando novas formas de criação de moeda, mais potentes no sistema financeiro com o intuito de desenvolver o sistema do capital. As novas formas de criação através da - virtualidade do dinheiro - nos mercados de futuros, sobre a produção das chamadas “commodities” matérias primas.

O sector financeiro passou a actuar fora da economia real, no sistema “underwater”, como não consegue reaplicar os lucros provenientes da economia real, na própria economia real, recorre ao capital fictício para aplicar esses lucros, criando uma massa monetária virtual, numa economia também virtual, ilusão sobre ilusão, em que o seu próprio lucro pode ser apresentado como virtual.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

O fluxo criador de dívida instalando que os Bancos criam espontaneamente como uma dívida para com eles próprios - como refere na sua obra “Capitalismo e Esquizofrenia”- a criação que, em vez de transmitir uma moeda previa com meio de pagamento, cria, numa extremidade do seu corpo, uma moeda negativa (a dívida inserta dos Bancos), e projecta na outra extremidade uma moeda positiva (crédito da economia produtiva nos Bancos), “fluxo de poder variável” que não é incluído nos lucros e não é destinado às compras, disponibilidade pura, posse e não riqueza.

O poder de compra determinado pelo rendimento - o outro aspecto da moeda, representa o refluxo, isto é, a relação que ela passa a ter com os bens desde que adquire um poder de compra pela sua distribuição pelos trabalhadores ou factores de produção, pela sua repartição em rendimentos, e que perde em que estes são convertidos em bens de consumo.

Podemos re-definir a sociedade DC a partir de Gilles Deleuze e Felix Guattari,

“A civilização define-se pela descodificação e pela desterritorialização dos fluxos na produção capitalista. Todos os processos são bons para fazer esta descodificação universal: a privatização não só dos bens, dos meios de produção, mas também dos órgãos do próprio homem privado; a abstração não só das quantidades monetárias mas também das quantidades e trabalhos; a ilimitação não só da relação entre o capital e a força de trabalho, mas também da relação entre os fluxos de financiamento e os fluxos de rendimento ou meio de pagamento; a forma científica e técnica que os próprios fluxos de código tomam; a formação de configurações flutuantes a partir de linhas e de pontos sem identidade discernível.”¹³

A introdução da moeda como equivalente permite começar com o dinheiro e acabar com o dinheiro - ou seja, nunca acabar - chega para perturbar os circuitos de fluxos qualificados, para decompor os blocos finitos de dívida e para destruir a própria base dos códigos, constrói; desconstrói; reconstrói; novas mensagens; novas personagens - de burguês a capitalista, de empresário a empreendedor - com novas paragens (territorializar; desterritorializar; recodificar), tudo em aceleração.

A análise do capital e do factor trabalho ao nível da relação diferencial entre o financiamento e os meios de pagamento ou rendas; extensão que significa simplesmente que não há nenhuma essência industrial do capital que não funcione com capital mercantil, financeiro ou comercial, e em que as funções do dinheiro não sejam apenas as da sua forma equivalente.

II - A desigualdade no Capital

O que diz a economia

Os números na sociedade do capital, Thomas Piketty economista que tem efetuado vários trabalhos sobre os temas da economia das desigualdades, no seu livro “O Capital no Século XXI” afirma,

“O crescimento moderno e a difusão do conhecimento permitiram evitar o apocalipse marxista, embora não modificassem as estruturas profundas do capital e das desigualdades, ou, pelo menos não tanto quanto poderíamos imaginar nas décadas mais optimistas do pós-Segunda Guerra Mundial. Desde o momento em que as taxas de rendibilidade do capital ultrapassam de forma duradoura as taxas de crescimento da produção e do rendimento - o que foi o caso até ao século XXI -, o capitalismo produz de forma mecânica desigualdades insustentáveis, arbitrárias, voltando a pôr radicalmente em causa os valores meritocráticos nos quais se fundam as nossa sociedades democráticas. No entanto, existem meios para que a democracia e o interesse geral consigam de novo tomar as rédeas do capitalismo e dos interesses privados, afastando em simultâneo as derivas proteccionistas e nacionalistas.” (Thomas Piketty - O Capital no Século XXI - Introdução página 16).

O que nos diz Thomas Piketty nos seus estudos sobre distribuição da riqueza na Sociedade do Capital?

Este autor nas suas obras “A Economia das Desigualdades” e o mais recente livro “O Capital no Século XX”, identifica causas fundamentais para um aumento da desigualdade nas sociedades que vivem sobre o regime económico do Capital, mas afirma que não se pode reduzir apenas a factores de capital v.s. rendimento; apresenta três motivos. inicia afirmando que o aumento da desigualdade se deve, também e essencialmente como primeiro motivo razões essencialmente políticas.

Piketty, afirma após consultar vários dados estatísticos sobre rendimentos/salários/pensões nos países desenvolvidos, que a redução da desigualdades nesses países ocorreu entre os anos de 1900 a 1910 e de 1950 a 1960. Conclui que os principais factores que conduziram para essa redução das desigualdades económicas deveu-se às políticas publicas levadas a cabo na sequência das duas guerra mundiais.

A subida das desigualdades teve o seu inicio entre os anos de 1979/80, provocado também por alterações políticas e por reviravoltas ocorridas nas ultimas décadas resultantes de alterações introduzidas por decisão de governos em matérias de cariz fiscal e deregulamentação na área financeira.

Este autor afirma que,

“A História das desigualdades depende das representações dos actores económicos, políticos e sociais sobre o que é justo e que não é, das relações de poderes entre esses actores, e das escolhas colectivas que daí decorrem; essa história tem a forma que lhe dá o conjunto de actores envolvidos”.¹⁴

Como segundo motivo apresenta a forma como a dinâmica da distribuição da riqueza funciona: em dois tipos de mecanismos que conduzem a um “sentido de convergência” ou o inverso no “sentido da divergência”. Para este autor não existem mecanismos, processos naturais e espontâneos que permitam emitir tendências geradoras de desigualdade que prevalecem por períodos longos.

Thomas Piketty identifica mecanismos que vão no sentido da redução e compensação das desigualdades. Como principal mecanismo coloca o processo de difusão do conhecimento e investimento na qualificação e na formação. Este mecanismo permite um tempo de crescimento generalizado de produtividade que contribui para a redução da desigualdade e impacto na progressão do nível de rendimento. Trata-se de um mecanismo de difusão do conhecimento de partilha de poder e não um mecanismo de mercado.

Este mecanismo está relacionado com o capital humano, permite mais igualdade com uma tendência de crescimento do rendimento do trabalho.

O terceiro motivo evocado por Piketty relaciona o prolongamento da longevidade humana. Afirma que uma vida activa mais longa do Ser em sociedade levaria à substituição da luta de classe pela luta de gerações,

“...a acumulação e distribuição dos patrimónios seriam hoje dominados não já por um confronto implacável entre dinastias de herdeiros e dinastias do que apenas possuem o produto do seu trabalho, mas antes de uma lógica de poupança ligada aos ciclo de vida: cada um acumula património para a sua velhice. O progresso da medicina e da melhora das condições de vida teriam transformado completamente a própria natureza do capital.”¹⁵

Mas não é este o caso tanto a “ascensão do capital humano” como a “substituição da luta de classe pela luta de gerações”, são meras ilusões na diminuição desigualdade económica.

O factor mais importante para a desigualdade é o capital não humano, este capital tem sido tão indispensável desde o início da sociedade capitalista no século XVIII até aos dias de hoje já em pleno Século XXI.

14

15

Piketty é bastante assertivo ao identificar como principal “força motriz” que verdadeiramente tende para a igualdade das condições de vida é a “... difusão do conhecimento e da qualificação...”.

No seu livro classifica a o investimento e formação como uma “força de convergência”, afirmando que só o conhecimento e a qualificação pode permitir que grupos sociais inteiros beneficiem do crescimento e conduzir à mobilidade social, ascendente ou descendente.

Como forças de divergência identifica duas situações. A primeira ligada como o processo de obtenção de remunerações mais elevadas. Esta situação de divergência é justificada por,

“...as evoluções correspondem a uma evolução surpreendente correspondente em larga medida à explosão dos rendimentos do trabalho mais elevados, e que reflete antes demais um fenómeno de secessão por parte dos administradores das grandes empresas, “...subida repentina do nível de qualificação e de produtividade desses altos quadros por comparação com a massa dos restantes assalariados. ... ou então esses quadros dirigentes são em larga medida capazes de fixar a sua própria remuneração nas sociedades neoliberais de mercado.”¹⁶

A segunda relacionando como força de divergência uma ligação ao processo de acumulação e concentração de património num ambiente económico caracterizado por um crescimento fraco e por uma rentabilidade elevada do capital. Este segundo processo é mais desestabilizador e constitui sem dúvida a principal ameaça para uma dinâmica de distribuição de riqueza a longo prazo.

O processo de transferencia de patrimónios como uma força de divergência fundamental ($r > g$)¹⁷. Ao analisar dados sobre o valor total de patrimónios privados (imobiliários, financeiros e profissionais, líquidos de dívidas), expresso em anos de rendimento nacional de 1870 aos anos de 2010 conclui,

“Notaremos antes de mais a evidente prosperidade patrimonial que caracteriza a Europa do final do século XIX e da Belle Époque: o valor dos patrimónios privados atinge o correspondente a seis-sete anos de rendimento nacional, o que é considerável. Verificamos em seguida uma forte queda na sequência dos choques dos anos 1914-1945: a relação capital/rendimento cai para uns dois-três anos de rendimento nacional. Depois observamos uma subida desde os anos de 1950, de tal maneira que os patrimónios privados parecem estar neste começo de século XXI no ponto de atingir os picos observados nas vésperas da Primeira Guerra Mundial: a relação capital/rendimento situa-se nos anos 2000-2010 em valores que correspondem a cinco-seis anos de rendimento nacional no Reino Unido como

16

17

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

em França (esse crescimento é mais fraco na Alemanha, sendo certo que partiu de um valor mais baixo: mas a tendência é igualmente clara).”¹⁸

Em sociedade de fraco crescimento, os patrimónios do passado tomam naturalmente uma importância desproporcionada, pois basta um pequeno fluxo de nova poupança para aumentar continuamente a substancialmente a grandeza da riqueza acumulada por esses patrimónios. Aqui aplica-se a máxima que dinheiro gera dinheiro. Se juntarmos uma taxa do capital acima das taxas de crescimento (continua e sem sobressaltos no tempo) estamos então perante um risco de uma acentuada divergência na distribuição da riqueza, entre os detentores de património e os não o tem.

Esta situação faz com haja uma tendência para uma forte concentração de capital a níveis extremamente elevados e potencialmente incompatíveis com o valores meritocráticos com princípios de justiça social que são o fundamento e a base das sociedades modernas.

Podemos concluir que a intervenção do Ser social é fundamental para uma correcta distribuição do rendimento que poderá reduzir divergências económicas na sociedade do capital.

Não podemos, isolar a intervenção do Ser social na sociedade através de actos económicos traduzidos em princípios egoístas de classe (Piketty dá como exemplo a implementação de políticas sociais através do investimento na qualificação; processo de obtenção de remuneração mais elevadas ao fixarem a sua própria remuneração; uma não correcta repartição do rendimento do trabalho; ...), tendo em conta que a principal causa de desigualdade económica é a oposição entre rendimentos do capital e a repartição desigual com os rendimentos do trabalho, podemos concluir que a uma formação ou um investimento social na ética e moral de todo seres e os entidades intervenientes na sociedade do capital, pode contribuir para uma definição da desigualdade através da não aplicação de princípios comodistas de vida e de classe

Estes princípios éticos e morais de Seres que atuam em grupo no seio da sociedade do capital que John Rawls identifica os seus princípios guiados,

“... pelos padrões morais adequados ao papel dos indivíduos nas varias associações a que pertencem. Estes padrões incluem as regras de sendo comum moral juntamente com o ajustamentos exigidos para os tornar adequados à posição particular de cada pessoa; e são-lhe impostas pela aprovação ou desaprovação dos que detém a autoridade, ou os outros membros do grupo.”

Trata-se de um egoísmo de grupo não partilhando os benefícios pelos restantes Seres sociais.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Aqui entramos num outro ponto da sociedade do capital, nos princípios éticos e morais da sociedade do capital, como princípio de excelência de contribuição na redução da desigualdade social provocada pela desigualdade económica.

Ética e moral na sociedade do Capital

Para entendemos o princípios que regem os Seres nas varias fases da Sociedade do Capital temos definir a Ética e a Moral, mas antes o que é o Capital que molda a sociedade.

Mantendo em Thomas Piketty transcrevo a sua resposta à questão “o que é o Capital?”, que muitos e definem com a verdadeira religião a uma escala planetária, unificadora dos inimigos e desestabilizadora de amigos.

Piketty define capital como,

“... o conjunto dos activos não humanos que podem ser detidos e trocados num mercado. O capital compreende designadamente o conjunto de capital imobiliário (imóveis, casas) usados para habitação e do capital financeiro e profissional (edifícios, equipamentos, maquina patentes, etc.) usado por empresas e administrações.”

Este capital ligado pelo capital dinheiro, que o faz girar e re-procriar, por quem os Seres nas sociedades do capital combatem pela sua capacidade em satisfazer as suas ilusões. Por ele se mente, luta-se e mata-se. Ultrapassa-se, altera-se padrões morais e éticos, tudo para para o servir e ter.

Mas o que se entende por Ética e Moral, dois termos que são usados indistintamente. Quais são os seus significados?

Ética é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica. É uma reflexão sobre a moral.

Moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

No sentido prático, a finalidade da ética e da moral é muito semelhante. São ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu carácter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade.

São esses padrões éticos e morais que se vão alternado ou se adaptando, ao longo dos tempos com a sociedade do Capital. Também a ética e a moral no Capital marca e desmarca os seus territórios e códigos, de forma a manter-se sempre actual e adaptável ao momento na sociedade do Capital. Assim se for do interesse do Capital mentir, todo o sistema se adapta à inverdade. Se de seguida foi

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

necessário o inverso, o mesmo sistema inverte a anterior forma de pensar e os princípios de actuação às novas situações. Assim funciona a ética e moral na sociedade DC.

Podemos dizer que à sociedade do DC (depois do capital) se colocam Teorias de Valor que refletem o bem estar dos Seres e que torna a vida boa em si mesmo. O hedonismo, é uma delas, relacionadas unicamente com prazer com desejos primários da vida. Em alternativa temos a teoria da “satisfação de desejos”, que defende que o bem estar consiste unicamente na satisfação de desejos ou preferências e que, sendo assim, uma vida boa para quem a vive na medida em que envolve a satisfação de desejos intensos e está isenta de desejos frustrados - estas duas teorias refletem a sociedade DC no seu estado primário. Outra teoria vai “alem do bem estar individual”. Esta teoria não se esgota no problema de saber em que consiste e bem-estar, vai mais além, questiona se só o bem estar tem valor. Se a resposta foi sim, significa que tudo o que existe no mundo para lá do bem-estar não terá valor intrínseco: terá valor apenas na medida em que contribua para o bem-estar das pessoas ou dos Seres em geral; se não existissem Seres na sociedade do Capital, não haveria valor no mundo.

Dentro a ética existem também teorias da obrigação que definem o que devemos fazer, como a deontologia, consequencialismo, contratualismo, e a chamada ética Kantiana com o seu “imperativo categórico”.

Temos também como forma éticas e morais de actuar, os “Princípios Morais”, “dilemas morais” a “responsabilidade moral” e a “justificação da ação moral”.

Todas estas formas de descrever a atividade moral teve a sua evolução na sociedade do capital, adotando-se aos tempos do capital.

No inicio na sociedade antes do capital, a moralidade baseava-se numa ética religiosa, fortemente controladora da vida e ação em sociedade.

Com surgimento do capital, na sociedade com o capital, surge a ética o capitalismo, descrita por Max Weber.

Max Weber define “O espirito do capitalismo” através de uma doutrina de virtudes do trabalho na acumulação de capital, face a quem não seguiu igual modo.

Max Weber apresentada o princípios da moral de grupo social do capital, através da virtudes morais do trabalho e da acumulação de capital, como objectivo ou a vocação divina de uma vida.

Apresenta o valor do trabalho e do preço para aceder ao dinheiro que não lhe pertence, a credito, dentro das virtudes de um homem, está claro a virtude é o trabalho,

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

“As mais insignificantes ações que afetam o crédito de um homem devem ser por ele ponderadas. As pancadas de teu martelo que teu credor escuta às cinco da manhã ou às oito da noite o deixam seis meses sossegado; mas se te vê à mesa de bilhar ou escuta tua voz numa taberna quando devias estar a trabalhar, no dia seguinte vai reclamar-te o reembolso e exigir seu dinheiro antes que o tenhas à disposição, duma vez só.”¹⁹

O valor do trabalho e da poupança, não esbanjando o dinheiro ganho,

“Guarda-te de pensar que tudo o que possuis é propriedade tua e de viver como se fosse. Nessa ilusão incorre muita gente que tem crédito. Para te precaveres disso, mantém uma contabilidade exata de tuas despesas e receitas. Se te deres a pena de atentar para os detalhes, isso terá o seguinte efeito benéfico: descobrirás como pequenas despesas se avolumam em grandes quantias e discernirás o que poderia ter sido poupado e o que poderá sê-lo no futuro...”.²⁰

Temos aqui não apenas um meio de fazer a própria vida, de viver bem, de atingir uma vida boa, mas sim uma forma de moral peculiar, apresentada através da religião. A sua infração, o esquecimento de seguir as normas, ou até a não atenção às suas regras, não é tratada como uma distração, mas como um esquecimento do dever. Trata-se de carácter ético de uma regra de conduta de vida. É o conceito do espírito do capitalismo, dominada pelos princípios da religião protestante, neste caso o ramo calvinista²¹, com a maior simplicidade de vida seguida pelos círculos religiosos mais sérios, combinada com uma grande riqueza, levou a uma propensão excessiva ao acúmulo de dinheiro.

A vida modesta contribui para um discurso moral e ético do capital bastante diferente do que é apresentado, no tempo presente da pós-modernidade, apresentado através de autores a partir do final Século XX.

Com o entrar na sociedade DC, estes valores morais são completamente alterados, passamos da sociedade da contenção e da virtude em aforrar e ter um vida digna, para a exatamente o oposto com os consumos em massa e pelas massas.

A primeira explicação está dada pelo próprio sistema económico do Capital que procura, o aumento do lucro, para isso ha uma necessidade de aumentar o consumo. As regras morais de grupo tem de ser alteradas, para poder circular mais dinheiro e proporcionar às classes mais baixas, com menor

¹⁹Max Weber - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo; 2. O espírito do capitalismo; página 31.

²⁰ Idem

²¹O calvinismo (também chamado de Tradição Reformada, Fé Reformada ou Teologia Reformada) é tanto um movimento religioso protestante quanto um sistema teológico bíblico com raízes na Reforma iniciada por João Calvino em Genebra no século XVI. A tradição Reformada foi desenvolvida, ainda, por diversos outros teólogos como Martin Bucer, Heinrich Bullinger, Pietro Martire Vermigli e Ulrico Zuínglio. Apesar disso, a fé Reformada costuma levar o nome de Calvino, por ter sido ele seu grande expoente. Atualmente, o termo também se refere às doutrinas e práticas das Igrejas Reformadas.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

instrução, onde é mais fácil inculcar a ilusão do consumo, mais rendimento. Este aumento de rendimento, é utilizado ou esbanjado por essas classes sociais através da aquisição de mercadorias, voltando o dinheiro proporcionado através da distribuição de rendimento, aos seus anteriores proprietários através dos lucros resultantes desse aumento de produção e de consumo, volta novamente ao capital, “tudo fica em casa”.

Os beneficiados da sociedade industrial baseada na posse e reprodução do capital e na não repartição, ganhando o máximo de dinheiro produzindo cada vez a um menor custo traduzido em baixos salários, ou seja, na repartição desigual do capital. Tinha como uma das consequências o impedimento por parte das classes desfavorecidas de ter acesso através da aquisição dos bens produzidos, pela classe industrial capitalista. A reduzida distribuição da riqueza pela camadas sociais mais baixas que participavam com o seu trabalho no desenvolvimento industrial, fez com que o acesso aos bens produzidos fosse mais limitado o que impedia o próprio desenvolvimento e enriquecimento da classe predestinada de industriais.

Assim, houve na ultima metade do Século XX, na época classificada como pós-modernidade uma maior distribuição da riqueza a fim de aumentar o numero de consumidores. Na pratica não era um aumento do rendimento mas sim do consumo proporcionado por esse excesso de rendimento. Estamos perante um embuste do capital, um “principio de ilusão”.

A alteração dos princípios da “moral de grupo” e autoridade, fez com que a ideologia moral do capitalismo, que pregava o trabalho pela produção e condenava a fruição pelo consumo se altera-se. A evidencia que o discurso moral constituía num determinado momento serviu ao desenvolvimento do sociedade industrial, e que permite a passagem de um dever religioso ao capital, constituiu ela própria um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, por impedir um maior consumo dos bens produzidos.

Houve a necessidade de mudar o discurso moral, para se adquirir novas condições materiais para o desenvolvimento económico, o elogio ao consumo, como desenvolvimento do sistema económico, que agora passava a exigir essa alteração no modo de pensar.

Esta busca pelo conformo pessoal, pelo acesso a meios que o permitam ter através do dinheiro, faz que através da inveja, se procure aceder a esses meios de forma ilícita.

A ausência de regras religiosas, morais, éticas, como o inicio da era industrial, faz que nesta fase o principio morais social, sejam “a la carte”, dependendo da satisfação de desejos pessoais de cada indivíduo, o faça decidir de vale ou mão a pena roubar, mentir ou matar.

Fazendo a mesma analogia com o icebergue, a moral tem uma parte visível pela sociedade, que fica bem e atribui princípios de regência à convivência entre os Seres na parte visível da sociedade. Por

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

baixo “underwater”, não se vê, não está lá, é invisível, outra dimensão, não se vê mas sente-se e influencia a vida na parte visível da sociedade.

Tal como o funcionamento do mercado a ética e a moral na sociedade do capital também se pode fazer a mesma analogia ao do icebergue. No cimo, em vitrine em exposição uma série de princípios e comportamentos em prol da sociedade; “underwater” o que não se vê, mas sente-se na parte visível.

Esta outra moral, não visível, mas camuflada e subterrânea primazia sobre os princípios de justiça e equidade que põem em causa, não o funcionamento, mas sim a vivência dentro da sociedade do capital em particular a sociedade DC.

As varias ficções dentro da sociedade DC, ficções monetárias, ficções de consumos, ficções de igualdade transportam o “socius” DC para uma dinâmica própria em constante processo de transformação ética e moral. em grandes acelerações modificando comportamentos em andamentos vertiginosos. A sociedade DC rege-se no espaço pelo tempo da vertigem, em que muitas vezes o Ser DC levado pelo exponencial de mudança da estrutura de mercado, na estrutura de comportamentos, éticos e morais, conduz a abismos sociais. Esta sociedade tem a curiosidade de esta dinâmica estrutural ser mantida sobre a infraestrutura que a sustenta desde os inícios do tempo do capital. Um sistema “underwater” cada vez mais solido, profundo, ramificado, mas envolto no gelo que o congela debaixo da água, a parte não visível do icebergue. Neste “socius”, não só o Capital se desterritorializa, territorializa, acelera-se , também as éticas, as morais, se adapta-se sobre si mesmo através de ilusões em constante rotação, procura sempre em conjunto com o capital novas formas de a manter em permanente atividade.

A justiça e equidade dentro da sociedade DC

“A Economia das Desigualdades” - Thomas Piketty

“A desigualdade social e da redistribuição foi colocada em termos de oposição entre o capital e trabalho, lucros e salários, patrões e empregados. A desigualdade é assim descrita como uma oposição entre aqueles que detêm o capital, ou seja, os meios de produção, e que recebem então os seus rendimentos, e aqueles que não detêm e que se tem de contentar com os rendimentos do seu trabalho. A origem fundamental da desigualdade seria, então, a repartição desigual da propriedade do capital.”²²

O papel do produto do Capital, o dinheiro, é a constante na equação da desigualdade desde que o Capital se apresenta como sistema regente.

Cabe perguntar se a desigualdade proporcionada pelo sistema do capital pode ser combatida através da justiça? Será que a justiça consegue corrigir parte das discrepância provocadas pela diferença de rendimentos?

A resposta poderá ser afirmativa ou simplesmente um não.

A resposta afirmativa procuro inicialmente através da obra de autores como John Rawls, Robert Nozick e em especial de Amartya Sen, nos seus trabalhos sobre a ética e a justiça na nossa sociedade. Para Sen é com princípios de moral e ética, que o homem na sociedade procura a justiça para a igualdade perante o seu semelhante. Justiça na igualdade na sobrevivência e na materialidade da vida.

Mas as causas do não triunfo de uma sociedade mais igualitária, esbarra para não variar, na condição humana.

Partimos de mais principio que o Ser humano é desinteressado, actua em beneficio da igualdade e da comunidade, e na a maioria das vezes as pessoas reconhecem uma obrigação de servir os outros.

Mas em sociedade as pessoas tem o direito de fazer escolhas pessoais, mesmo que o resultado seja a desigualdade e ou o tratamento menos correcto de outras pessoas. Há um direito de escolha pessoal, direito que se chama liberdade.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Na sociedade de mercado, as escolhas dos outros também limitam substancialmente a prossecução pessoal das escolhas individuais. Numa sociedade de mercado, um Ser social específico pode confrontar-se com a escolha de participar activamente na sociedade através do trabalho ou através de uma outra forma que permita ter uma vida desmaterializada.... e isto não significa desigualdade.

O mercado do consumo com os seus preços cumprem duas funções distinguíveis: uma função de informação e uma função de motivação. Primeiro, tornam do conhecimento geral o quanto as pessoas estariam dispostas a sacrificar para terem determinados bens e serviços: mostram o valor que os bens tem para as pessoas e, deste modo, revelam o que vale a pena produzir.

Mas o sistema económico da sociedade DC com base no desenvolvimento, e, na realidade, na pressão sobre o Ser, ou egoísmo, não sabemos como faze-lo funcionar desenvolvendo e explorando factores como a existente e não negada generosidade humana. Contudo, mesmo no mundo real, na nossa própria sociedade DC, há muita coisa que depende da generosidade, ou dito de uma outra forma, depende de incentivos não monetários, o dinheiro não paga, como a amizade social, a comunidade, ou o espírito comunitário na sociedade, de inter-ajuda, batizado como capital social²³, patente nestas sociedades. A capacidade da generosidade do Ser da sociedade DC relativamente aos outros.

A resposta às questões de “imperfeição” humana dentro da sociedade depois do capitalismo, em que os resultados do mercado e do desleixo moral das motivações do mercado, transforma-se nas virtudes da ilusão do ter dinheiro, custe o que custar, no consumo, no credito, não para satisfazer necessidades, mas sim para à constante consumo satisfação através do consumo.

A perspectiva de justiça e equidade

Estes três autores contemporâneos que nas suas obras abordam os princípios de justiça e igualdade, equidade nas sociedades actuais tendo por base o sistema económico do capital, John Rawls, Robert Nozick e Amartya Sen. Em comum estes pensadores desenvolvem os seus trabalhos tendo por base a concepção de sociedade em que vivemos, ocidental, liberal, baseada na economia de mercado, em que a intervenção do Estado é reduzida a funções de regulador da vida social e económica em sociedade onde o neoliberalismo impera.

John Rawls

... e a teoria da justiça

John Rawls com o seu livro “Uma Teoria da Justiça” lançado em 1971, marca definitivamente o debate na filosofia política da questão da justiça. Muitos consideram uma obra reveladora e revolucionária da justiça na filosofia política. A sua abordagem abrange a igualdade e equidade entre todos os Seres sociais. A concepção de justiça de Rawls é alargada e atinge aspectos sociais e económicos da sociedade.

A ideia geral de justiça é descrita através de uma situação de escolha, na qual as regras que presidem à eleição da concepção de justiça não favorecem especialmente nenhum indicador na sociedade em relação a qualquer outro, são regras equitativas. Rawls porem, com a sua definição de justiça, coloca todos o Seres sociais em situação de igualdade. Não igualdade social e económica, mas sim uma igualdade equitativa, todos são iguais perante a sociedade independentemente das suas desigualdades pessoais, sociais e económicas. Estas desigualdades não o podem colocar de lado perante ou em situação de inferioridade na sociedade.

John Rawls assina o seu pensamento para a construção de uma sociedade justa e equitativa no utilitarismo social e na teoria do contrato social que regerá a sociedade.

Apresenta-nos a noção da pratica da justiça na “posição original” do Ser social, que é definida como uma situação de ignorância quanto a um lugar ocupado na sociedade, pelo Ser que procura eliminar todas as características irrelevantes nas suas vidas que, de outra forma, tendem em interferir na nossa avaliação de tipo de sociedade que deveria existir. Desta forma parte de que os princípios racionalmente escolhidos em condições da posição “original” terão a especial prevenção de serem justos e que sendo o restante igual, deveriam ser adoptados. Na “posição original” todos os elementos que nos distinguem seriam eliminados.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Para Rawls os Seres são por natureza desiguais. Esta desigualdade natural tem início através das condições sociais do nascimento e dos talentos naturais de cada um de forma aleatória. Esta distribuição dos talentos naturais no nascimento é por norma extremamente desigual e os Seres sociais não são moralmente por ela responsáveis, não fazendo sentido não as corrigir. Daí ser necessário promover uma igualdade substantiva de oportunidades, para compensar os nascidos em situação social desfavorecida, mas também aplicar o princípio da diferença, de modo a compensar os menos talentosos, ainda que estes beneficiem de uma verdadeira igualdade de oportunidades.

Para Rawls haveria dois princípios essenciais e básicos para uma ordenação de uma sociedade justa. O princípio da liberdade e o princípio da igualdade de oportunidade. O princípio da igualdade de oportunidade - tem prioridade sobre qualquer princípio de eficiência - significa que a justiça é mais importante que a utilidade.

Apresenta-nos também o princípio da diferença através da estratégia do “maximin”- maximizar o mínimo - significa escolher a opção que possibilita ter a melhor solução nos piores dos casos.

Desta forma Rawls vai identificando vários princípios, que podem contribuir para uma redução da desigualdade entre os Seres. São os princípios da utilidade; os princípios da justiça e os princípios da perfeição. Cada princípio equivale a um degrau na escala de redução da desigualdade, ou seja, a utilidade visa uma utilidade total ou média que corresponde à maximização do mínimo que cada um pode ter. O princípio da justiça, tem a particularidade de atribuir a cada Ser um mínimo consubstancial de bens sociais primários incluindo oportunidades de riqueza. Como curiosidade este mínimo não é negociável por troca do aumento de alguma função de utilidade social. Por último apresenta o princípio da perfeição, que conduz os Seres dotados “naturalmente” de certas qualidades ou virtudes naturais, diga-se de nascença, sejam beneficiados, em função das suas capacidades naturais na distribuição de bens sociais primários. Este princípio apenas beneficia alguns Seres e não a generalidade.

Estes três princípios devem transformar num conjunto de regras, com aplicação à generalidade dos Seres (exemplo constituição de um estado), terá que verificar o princípio da liberdade e um conjunto de regras justas (entenda-se por regras legislação) sendo operacionalidade pelo princípio da justiça, garantindo igualdade de oportunidades em sentido equitativo e distribuição do rendimento e da riqueza de acordo com o princípio da diferença.

John Rawls com o seu trabalho desencadeou debates sobre a sua teoria de justiça na sociedade, revolucionando a filosofia política. A sua ideia está explicada nesta frase,

“A justiça impede que a perda da liberdade para alguns seja justificada pelo facto de outros passarem a partilhar um bem maior.... não permite que os sacrifícios impostos a uns poucos sejam compensados pelo aumento das vantagens usufruídas por um maior número ... numa

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

sociedade os justos igualdade e liberdades e direitos garantidos pela justa não estão dependentes da negociação política ou do calculo dos interesses sociais.... sendo as virtudes primeiras da actividade humana, a verdade e a justiça não podem ser objectivo de qualquer compromisso.”²⁴

Os princípios de Rawls, são aplicados tanto às instituições na sociedade como aos próprios Seres. Por exemplo o principio da equidade é aplicado aos Seres em obediência às regras das instituições enquanto esta satisfaça os princípios da justiça, ou seja, quando a instituição for justa. Entenda-se como justa a contrapartida, daqueles que nela participam por seguirem de forma voluntária com consciência que tem um conjunto de obrigações a seguir. As instituições engloba obrigações de duas partes, em que a primeira declara que as praticas em questão nas instituições tem que ser justas, e a segunda é registada pelos actos voluntários de quem aderir. Às instituições aplica os princípios escolhidos através da posição original, o “principio da liberdade” e o “principio da igualdade”.

Assim podemos dizer que uma teoria de justiça como equidade consiste em uma possibilidade de identificação entre os princípios que são escolhidos no momento zero (posição original) e aqueles que se indentificam os valores e juízos do Ser social que se traduzem em princípios que reflectem o seu sentido de justiça. Temos que ter em atenção os valores e juízos do Ser reflecte irregularidades e distorções próprias ou subjectivas do próprio Ser enquanto sujeito individual transportando a sua subjectividade.

Rawls resume desta forma,

“todos os valores sociais -liberdades de oportunidades, rendimento e riqueza, e as bases sociais do respeito próprio - devem se distribuídas igualmente, salvo se uma distribuição desigual de alguns desses valores, ou de todas eles, redundo em beneficio de todos.”²⁵

Temos como interpretação do segundo princípio a igualdade e equidade, para todos os Seres sociais, que se traduz em igualdade equitativa de oportunidade em beneficio de todos.

As Instituições são um sistema publico de regras que determinam funções e posições nos Seres em sociedade, fixam, os respectivos direitos e deveres bem com poder e imunidade de acordo com estas regras, identificam certas formas de ação, uma permitidas e outras proibidas, e, estabelecem um conjunto de infrações que prevêem penas e medidas de proteção contra às transgressões das regras estabelecidas.

24

25

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

As pessoas dentro das instituições agem de acordo com o sistema de regras estabelecido.

A regra no capital em John Rawls

John Rawls enfatiza a importância das regras de justiça como parte integrante para caminharmos para princípios de justiça em Sociedade.

Para Rawls a regra na sociedade do Capital,

“Determina, em parte, o tipo de pessoas que eles desejam ser, bem como o tipo de pessoas que efetivamente são. Assim, um sistema económico não é apenas um dispositivo institucional para satisfazer as necessidades existentes, sendo também uma forma de criar e modificar as necessidades no futuro. As formas como as pessoas trabalham hoje em conjunto para satisfazer os seus desejos presentes afectar os desejos que terão mais tarde, o tipo de pessoas que são.”²⁶

A sua aplicação ao capital poderá fazer com que na sociedade do capital se utilize os princípios da justiça, pela opção com fundamentos políticos e morais, como os económicos.

Temos que evitar que os problemas sejam resolvidos “naturalmente” pelo resultados de forças económicas regidas pelo mercado e em contradição com as forças sociais.

A importância da regra inserida numa teoria contratualista numa concepção de justiça que se apoia sobre os objectivos dos Seres existentes em sociedade e rege a ordem social pelo princípios que as pessoas guiadas por esses objectivos escolheram.

Os objectivos das partes participantes, as que numa posição inicial as poderá interessar, nos bens sociais primários, que os Seres em sociedade desejarem na sua posição original, em primazia, independentemente de quais sejam as suas aspirações ou ambições de vida.

A teoria dos bens sociais primários, pode esbarrar em valores incorrectos, pelo facto de estar interligada à subjectividade do Ser no Capital. Por isso cabe à regra definir esses princípios e tentar classifica-los com princípios de justiça primários para atingir e disponibilizar os bens sociais primários.

Baseados neste princípio Rawls conclui “A teoria da justiça pressupõem, de facto, uma teoria do bem, mas dentro de limites amplos tal não prejudica a escolha do tipo de pessoas que os sujeitos

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

querem ser”²⁷ e assim deduzidos os princípios de justiça, se estabelece os princípios de concessão do bem através da teoria contratualista, ou seja, através da regra.

Estes limites tem que decorrer da prioridade da justiça sobre a eficiência económica, e a prioridade da liberdade sobre os benefícios sociais e económicos.

Um sistema baseado na regra para ser justo, tem que apresentar sobre princípios estáveis, de forma a que a sua estrutura através da primazia da justiça e da liberdade, os seus membros (Seres sociais) correspondem com sentido de justiça num desejo efetivo de razão para a justiça, devendo agir de acordo com as respectivas regras. As instituições deverão ser justas de forma a encorajar a justiça e a virtude daquele que nelas participam.

Os princípios de justiça devem definir a ideia da pessoa que as estruturas de interesse sociais e económico devem respeitar.

Assim, a condução da vida em sociedade, das instituições e indivíduos é dividido pelo conjunto da regras que a guiam, independentemente dos desejos particulares e colectivos dos atuais membros.

Aqui se define uma concepção das ideias de justiça, dado que as instituições devem promover a virtude da justiça e desencorajar os desejos e aspirações incompatíveis com ela.

Mas,

“... o mesmo se aplica aos juízos ponderados dos cidadão de uma sociedade bem ordenada que seja efetivamente regulada pelos princípios de justiça. Todos possuem um sentido de justiça e sobre esses aspecto, uma sociedade bem ordenada e homogénea. A discussão política apela a esse consenso moral.”²⁸

O que distingue a teoria da justiça como equidade é a forma como caracteriza a situação inicial, o cenário em que surge a condição de unanimidade.

Uma teoria da justiça como equidade reserva um lugar para o valor da comunidade, as instituições públicas enquadram e regulam atividade económica e que incluem entre outras, o sistema tributário, os direitos patrimoniais e a estrutura dos mercados.

As vantagens de um sistema de mercado, para John Rawls, está em dar às instituições o enquadramento necessário, para o mercado ser compatível com a existência de liberdades iguais para todos e com igualdade equitativa de oportunidades. Os cidadãos em economia livre de mercado, beneficiam da livre escolha (liberdade) de “carreiras e de ocupações”.

²⁷

²⁸

Um sistema social, regido pela regra, deve ser concedido de forma que o resultado seja justo aconteça o que acontecer.

Robert Nozick

... anarquia e estado

Em “oposição” ao pensamento de John Rawls apresenta-se Robert Nozick na sua principal obra “Anarquia, Estado e Utopia”, é uma reação à obra de Rawls “Uma Teoria da Justiça”. Nozick pretende com o seu trabalho explicar porque razão não segue a teoria de Rawls preferindo trabalhar sobre um conceito alternativo.

Robert Nozick apresenta-nos um modelo de sociedade diferente de Rawls, a sua visão é oposta a uma “teoria da justiça” para uma correcta ordenação de uma sociedade.

Parte do principio Lokiano do “Estado de Natureza” afirmando,

“Estado de perfeita liberdade de ordenar as suas ações e dispor dos seus haveres e pessoas como considerarem adequado, dentro dos limites da lei da Natureza, sem requerer a permissão de vontade de qualquer outro homem ou a dependência perante o mesmo.”²⁹

Para Nozick a sociedade assenta num sistema de uma estrutura moral baseada nos direitos. A moralidade social, tem como restrições: o não matar e não ofender a propriedade do outro. Este tipo de sistema poderá não ser adequado nas análises de problemas mais complexos de interdependência pertinentes e envolvidos na moralidade social (incluída na economia normativa).

O estado e a natural interferência na vida dos indivíduos, para a teoria de Robert Nozick está centrada no indivíduo e na valorização da liberdade frente ao contexto político que ocorre actualmente. Apresenta-nos na definição de um “estado de natureza” que pressupõe a existência de um direito natural do qual cada indivíduo é livre para determinar suas opções e dispor dos seus bens, dentro de limites das próprias leis da natureza, ou seja, sem infringir e prejudicar os direitos uns dos outros.

Apresenta-nos as associações protectoras que irão fazer cumprir as leis dentro do estado de natureza. Desempenham funções de protecção e vendendo os seus serviços aos seus membros do estado.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Conceitos como o “Direito Positivo”, “Direito Negativo”, “a mão invisível” e o “princípio da compensação” são apresentados como uma forma de auto-regulação social (em contraste com John Rawls - afirma que existem direitos básicos que não podem ser violados - Estado de bem estar social).

Para Nozick o Estado é mínimo e as desigualdades permitem o constante incremento e desenvolvimento da dinâmica social.

O Estado mínimo terá funções limitadas e estritas à manutenção da segurança e aplicação de procedimentos confiáveis, caso contrário, violaria o direito dos indivíduos na hipótese de ampliação das suas funções, ofendendo directamente o seu dever de não interferência.

Logo, não há que falar em assistência medica, jurídica, previdência, assistência social, educação publica ou outras iniciativas sustentadas pela tributação, pois a ordem existente é regida pela livre transferência voluntária (outro contraste com Rawls - sociedade sistema equilíbrio de cooperação).

Estes pensadores (Nozick e Rawls) estão de acordo contra o estabelecimento de normas que venham a impor artificios e procedimento em prol da igualdade.

A ideia de cidadão não se apresenta no pensamento de Nozick, não estabelece um conceito politico de pessoa - o Ser social não existe. Para Nozick o cidadão é o membro ou o Cliente do sistema.

Para Nozick o Ser em sociedade só é livre se possuir bens. A posse vem primeiro que a liberdade.

Uma pessoa é mais livre quantos mais bens tiver na sua posse. Sendo a distribuição de bens definidora da distribuição da própria liberdade.

Robert Nozick é um critico do principio da equidade de John Rawls, afirmando que este principio é injusto para os seus aderentes. Segundo a sua interpretação, a aceitação de benefícios é suficiente para vincular o indivíduo.

Assim afirma,

“... se se acrescentar ao principio da equidade a afirmação de que os outros a quem se deve as obrigações, ou os seus agentes, podem fazer aplicar as obrigações que surjam sob esse principio (incluindo as obrigações de aplicar as suas próprias ações), então os grupos de pessoas num estado da natureza que concordaram num procedimento para seleccionar aqueles que empreendem certas ações terão o direito legitimo de proibir brolistas.”³⁰

Os indivíduos ao nível do grupo em associação não podem criar novos que não sejam a soma dos direitos pré-existentes.

As regras do princípio de equidade, obriga o indivíduo coercivamente a agir de acordo com as regras que se comprometeu a respeitar e seguir, como contrapartida de um benefício que poderá não chegar a existir. Assim Nozick conclui que o princípio de equidade torna-se um princípio coercivo, afirmando que é objectivos e inaceitável, afirmando tratar-se de um princípio contra a desigualdade económica.

Justifica,

“No mínimo queremos integrar no princípio da equidade a condição de que os benefícios que uma pessoa recebe das ações dos outros sejam maiores que os custos de para ele fazer a sua parte... trata num princípio de benefício contra a desigualdade do que num princípio de diversão. Refira-se que se trata de desigualdade económica.”³¹

Assim os beneficiários do princípio de desigualdade podem pensar não valer o custo de fazer a sua parte, no entanto os outros podem beneficiar muito desta instituição.

Robert Nozick aborda na sua obra a figura da “**mão invisível**” definido-a como determinados caminhos que conduzem através dos seus membros, a sociedade a determinados fins, de forma inconsciente pelos seus membros. Justifica essa ação como “todo o indivíduo procura apenas o seu próprio benefício, e visto, como em tantas outras coisas, é levado por uma mão invisível a procura com um fim que não fazia parte da sua intenção.”³² A mão invisível funcional como um designo intencional da pessoa ou do grupo.

Pelo apresentado o conceito de Robert Nozick de sociedade política é amplo e aberto, não se tratando de cidadãos, mas de indivíduos guiados pelas suas vontades, trocas voluntárias e alicerçados no direito de propriedade, que de algum modo acaba por ser definidor de uma estrutura básica da sociedade e de condições qualificados das situações e circunstâncias como reprováveis ou não moralmente.

A justiça em termos sociais e económicos é aquela que diz respeito às posse e haveres do indivíduo.

A posse e haveres do indivíduo, é a contrapartida apresentada por esta autor ao princípio de equidade de John Rawls, ou seja, o princípio da justiça distributiva.

31

32

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Assim justiça nesse sentido implica que os indivíduos tem direito ao que adquiriam e que inicialmente não pertence a ninguém, também tem direito ao que lhes é transferido ao logo do tempo. Se algum Ser detém algo que não resultas desse princípios, o Estado através das suas estruturas de justiça (tribunais) tem que rectifica a sua posse, anulando e retroagindo a transação até à sua primeira fase.

Neste Estado, os haveres pessoais de um indivíduo são classificados em três tópicos: a aquisição original dos haveres; a transferencia de haveres de uma pessoa para outra; e retificações da injustiça dos haveres.

Traduzindo estes tópicos em princípios de justiça, temos o princípio da justiça dos haveres; o principio da justiça na transferencia (onde é analisado a situação de transferencia fraudulenta); e o principio da retificação (rectifica a posse do bem quando existem casos de roubo, escravidão ou extorsão).

Nozick refute a teoria de Rawls afirmando:

O grande problema da justiça social, é saber a forma como se deve distribuir ou alojar estes beneficios de cooperação. A cooperação social cria um problema de justiça distributiva, Nozick refute a teoria de Rawls afirmando,

“Cada indivíduo merece o que detém pelos próprios meios esforços sem ajuda, ou antes, ninguém pode fazer uma reivindicação da justiça contra este haver. Nesta situação não é necessária nenhuma teoria de justiça.”³³

Conclui que a teoria de justiça que se aplica nesta situação, justiça distributiva, é a teoria da titularidade, ou seja, só a posse permite e justiça.

Coloca duas questões:

“É legítimo alterar a instituições sociais para se conseguir maior igualdade das condições materiais?”

“Como se pode alterar as grandes diferenças de rendimento entre ricos e pobres?”

Na concepção de titularidade de justiça nos haveres - não se pode decidir de o estado tem ou não de fazer algo para alterar a situação olhando arenas para o perfil distributivo de riqueza ou para o facto como estes dependem com surgiu a distribuição. Se em alguns processos os resultados seriam legítimos, a concepção de titularidade da justiça no haveres não faz qualquer pressuposição a fazer a

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

igualdade, ou de qualquer outro estado final ou padrão igual. Não se pode pressupor que se tem de incorporar a igualdade numa teoria de justiça. As pessoas podem decidir por si próprias o que querem das coisas e com que razões.

A Regra no capital em Robert Nozick

Para Robert Nozick a lei (regra) neste estado serve para penalizar os Seres que transgridem os limites do Estado de Natureza o direito dos outros. Os Seres que transgridem os limites do estado natureza: “atentar contra a vida, liberdade ou haveres de outrem”, usurpando o direito do outros, lesando-se entre si, as pessoas tem o direito de responder.

Como inconvenientes do “estado de natureza”, partindo do princípio Lockaniano, identifica o Governo Civil, que através da regra possibilita acordos que se possa fazer para se lidar com esses inconvenientes. Acordos voluntários e pacto entre as pessoas.

Parte do princípio que “os homens quando ajuízam o seu caso dão sempre a si próprios o benefício da duvida e pressupõem que tem razão”.

Num estado de natureza é um estado da lei dos vivos, pode carecer do poder de valer os direitos dos indivíduos, pela incapacidade de punir ou exigir compreensão a um adversário mais forte que os violou.

Para isso corrigir a questão de aplicação da justiça no estado de Nozick, apresenta-nos as “Associações Protectivas”. Esta associação são constituídas por grupo de indivíduos que formam uma associação de proteção mutua.

As “associações protectoras” irão ter associados um conjunto de procedimentos, regras, normas, para determinar como agir quando alguns dos seus membros afirmarem que outros seus membros violarem os direitos de outros membros.

As “associações protectoras” contratam elementos que constituem os seus corpos de ação desempenhando funções de proteção.

Estas associações poderão com o decorrer do tempo, vender serviços de proteção personalizados, variando os seus preços conforme o grau de proteção pretendidos pelos seus membros.

No Estado de Natureza, nascerá naturalmente um conjunto de pessoas, que tem como funções arbitrar casos de disputa entre os seus membros, que concorrerão com a decisão “independente” dessas pessoas.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Este modelo como numa economia de livre concorrência em mercado, irá fazer com que surjam associações protectoras dominantes (ou monopolistas), actuando em territórios específicos e especializando-se em determinadas causas (justiças especializada - como os escritórios de advogados nos nossos dias).

Este enquadramento de justiça privativa, irá conduzir a um conjunto espontâneo de um sistema de liberdades e de regras consensuais à cerca da jurisdição e conflitos entre leis. Embora existam várias “associações protectoras” em funcionamento existe um sistema judicial unificado que todas fazem parte.

Nozick como princípios a justiça dos haveres, onde evoca diversos princípios de justiça em sociedade. Um deles é o princípio da compensação, aplicado em ações que desempenham um papel importante na vida das pessoas, e não são proibidas a alguém sem colocar essa pessoa em grave desvantagem.

“Pode-se aplicar um princípio: quando uma ação deste tipo é proibida a alguém porque pode causar mal aos outros e é especialmente perigosos quando essa pessoa a pratica, então aqueles que a proibiam de modo a ganhar segurança acrescida para si próprios tem que compensar a pessoa que é alvo da proibição, pela desvantagem que a colocam.”

A aplicação desse princípio, exige ao estado a existência de um conjunto de pessoas, que tem como funções arbitrar casos de disputa entre os seus membros, que concordarão e respeitarão a decisão “independente” dessas pessoas. Aqui tal como com a ideia de justiça de John Rawls existe também para Nozick a ideia de instituições justas que terão o dever de aplicar de forma correcta o princípio que compensará os Seres que na sua sociedade seja alvo de ações que os coloquem em desvantagem perante a sociedade ou sejam alvos de transações de haveres que envolvam transferência fraudulentas.

Amartya Sen

... e a sua ideia de justiça

Amartya Sen, prémio Nobel da economia, apresenta a sua ideia de justiça através da forma como os Seres em sociedade captam a melhor forma de efetuar as suas realizações individuais e colectivas. Realizações efetuadas dentro de conteúdos de justiça que promovam a forma como os Seres em comunidade conseguem desenvolver e promover o bem estar económico e social através de princípios (éticos e morais) desenvolvidos no seio das instituições da sociedade.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

A obra de Amartya Sen, e na sua busca para a criação de mecanismos que procurem diminuir a desigualdade social, mantendo o mesmo sistema em funcionamento. “Procuremos ser menos desiguais no sistema que fabrica a desigualdade”. Para Sen, esta transformação social para a igualdade é possível fazê-lo através da justiça que desenvolve na sua obra a “A Ideia de Justiça” e em valores éticos nas relações económicas.

Como podemos através das emoções combater as ambições básicas como o medo, a malícia e o desejo de poder, se podemos ser todos moralmente perfeitos, mas existe e fomentamos a desigualdade no capital e trabalho, e, a desigualdade nos rendimentos do trabalho?

Amartya Sen o seu pensamento parte do princípio que na sociedade não há nada pior do que não ter, é não poder ter.

Assenta no papel da racionalidade e a razoabilidade no processo de entendimento da igualdade. Transporta-nos para o lugar da razão, tendo em conta as emoções e os conflitos entre razão e emoção. Questiona mesmo se poderemos ter confiança na razão, afirmando:

“O maioria das vezes, a “não razão” não é uma prática que consiste em dispensar por completo os racionais, mas sim uma prática que se vê apoiada em raciocínios muito primitivos e deficientes”³⁴

Para Sen a racionalidade é imprescindível para a compreensão da justiça, mesmo em muitos momentos de “não razão”.

Amartya Sen no seu trabalho “A Ideia de Justiça”, transporta-nos para interrogações ao a teoria da justiça de John Rawls.

Na contra capa da tradução portuguesa do seu livro “A Ideia de Justiça” é colocada a seguinte questão “Será a justiça um ideal, para sempre além do nosso alcance, ou algo que pode de facto guiar as nossas decisões práticas e melhorar as nossas vidas?”

É na última parte desta afirmação “..... será a justiça um ideal que pode de facto guiar as nossas decisões e melhorar as nossas vidas?”, coloca-se a questão de como a justiça poderá contribuir para a redução da desigualdade na sociedade DC? Entende-se uma definição abrangente de justiça, que vai da economia às relações sociais.

Sen inicia a sua “ideia de justiça” apresentando dois conceitos de justiça oriundos da jurisprudência indiana, “niti” e “nyaya”.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

O “niti” corresponde à ideia de propriedade que caracteriza o arranjo organizacional associado à correção de comportamentos. O “nyaya” diz respeito às coisas que passam como realmente se passam, e, em particular, à vida que as pessoas efectivamente levam.

Se Rawls baseia a sua “teoria da justiça” através do contrato social e de instituições justas, Sen procura a resposta para a “ideia de justiça” nas instituições e comportamento real que as pessoas levam nas suas interações sociais. O “niti” respeita as instituições e o estado, o “nyaya” relaciona o dia a dia das relações pessoais em sociedade.

Este autor apresenta-nos para a economia conceitos de sucesso e vantagem pessoais, como factores importantes para uma economia de bem-estar. O bem-estar está relacionado com a ação e a liberdade, distinguindo o aspecto do bem-estar e o aspecto da ação. Estes dois aspectos, apesar de não estarem interligados (não dependerem um do outro) podem levar o indivíduo a criar por sua iniciativa mais igualdade.

Foca o bem estar na liberdade de uma pessoa com aspecto mais valioso para eles dos seus sucessos, apresentando quatro alternativas distintas de informação a uma pessoa que envolve: i) o sucesso do bem estar; ii) a liberdade do bem estar, iii) o sucesso da ação e a iv) liberdade da ação.

Através destes movimentos, a economia do bem-estar apresenta questões de avaliação ética resultantes de uma multiplicidade de informação, de comparação de diferentes objectos de valor económica, que se podem traduzir numa série de conflitos éticos, ordenamentos éticos, que implicam na aplicação de uma ética racional.

Direitos e liberdades numa ética baseada nos direitos, o bem-estar objectivo e com escolhas, que para Sen leva,

“a pessoa é vista com maximizando a sua função de utilidade, que depende a partir do seu próprio consumo e que determina a suas escolhas”³⁵

Este bem é egoísta, que leva a pessoa a ter objectivos do bem estar próprio e escolha do seu objectivo próprio, pode levar a incentivos para o comportamento interessado

Amartya Sen leva-nos a pensar que a economia do bem-estar pode ser substancialmente enriquecedor se der mais atenção aos valores éticos.

A “ideia de justiça” de Amartya Sen e como o seu pensamento pode ser aplicado à justiça na sociedade DC, na correcção da desigualdade provocada pelo capital. Como a regra na sociedade DC

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

contribui para uma defesa de igualdade entre os Seres sociais, participantes nesta sociedade. Como o Ser em Sen faz pela igualdade.

Parto para a ideia de justiça abordando dois dos temas desenvolvidos em varias das suas obras e intervenções, a ideia de capacidades e a ética aplicada à economia do bem-estar.

A ideia das “capacidades” em Amartya Sen

Se Rawls baseia a sua “Teoria da Justiça” através do contrato social e em instituições justas, Sen procura a resposta para a “Ideia de Justiça” nas instituições e comportamento real que as pessoas levam nas suas interações sociais.

Amartya Sen apresenta a sua ideia de justiça o conceito de capacidade, como ideia material das justiça. As capacidades, como medida para proceder a uma avaliação global dos ganhos ou “avantajamentos” de um indivíduo em sociedade.

Se o utilitarismo debruça-se sobre a felicidade sobre a pessoa, a capacidade, avalia a causas práticas da economia em trazer vantagens para a pessoa através dos respectivos rendimentos, da riqueza e dos recursos económica disponíveis.

Isto traduz um contraste entre as perspectivas utilitárias (felicidade sobre a pessoa) e os os recursos económicos disponíveis como uma perspectiva de capacidade baseada a liberdade de os usufruir e transforma-los em vantagens económicas para a pessoa em particular.

Assim, a perspectiva da capacidade consiste na ideia da vantagem de uma pessoa tendo em conta a capacidade dessa pessoa em fazer determinadas coisas a que, por algum motivo particular, dá valor. Comparando entre pessoas, em termos de oportunidades de uma pessoa será tanto maior ou menor, consoante se tiver mais ou menos capacidades, traduzindo-se numa maior ou menor oportunidade real em realizar aquelas coisa que dá valor e que lhe poderão trazer maior as vantagens económicas que se poderão traduzir em mais ou menos capacidades futuras.

Para concretização da capacidade centra-se na liberdade, ou seja a liberdade é a personagem principal da vidas da pessoas, ao traduzir-se na real disponibilidade, no sentido da acção de fazer, ou ser algo, que a pessoa em liberdade estima ser valioso fazer ou ser vantajoso ser.

O conceito de capacidade em uma ideia de justiça, andarà associado à oportunidade, oportunidade compreensiva, não se cerrando apenas no que possa acontecer em termos de uma consequência de atingir um determinado ponto, em que Sen refere, como “culminação”.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

As capacidades apresentam características de:

i) apresenta um eixo de informações que num certo momento há-de ser considerado para julgar e comparar vantagens individuais traduzidas em “avantajamentos”, oportunidades na forma como a sociedade está organizada. Por exemplo a avaliação de disparidades sociais aponta para a relevância de uma desigualdade de capacidades. A escolha de um foco informacional, tem por eixo das nossas atenções às capacidades, por ser muito importante para nos dirigirmos a atenção para as decisões que devem ser tomadas e para uma análise de políticas a seguir, as quais terão de ter em conta as informações recolhidas do eixo informacional.

A apreciação das instituições da sociedade pode ser profundamente influenciado pelo tipo de informação sobre a qual de analisa, e nesta perspectiva a capacidade pode dar a sua principal contribuição.

ii) A capacidade anda associada a uma pluralidade de diferentes aspectos das nossas vidas. Aqui o que interessa são as nossas aptidões para alçarmos diferentes tipos de combinações que possamos comparar e apreciar em face uns dos outros, e de acordo com as nossas considerações de valioso. Neste ponto, a perspectiva de capacidade centra-se sobre a vida humana, e não apenas sobre alguns pontos de conveniência, como é o caso de rendimentos, ou bens materiais, que possamos ter à nossa disposição.

A perspectiva de capacidade centra nossa atenção, não nos meios que servem para a vida, mas sim sobre as reais oportunidades da vida para alcançar esses meios.

Sen apresenta aqui uma diferença relativamente ao pensamento de John Rawls, relativamente aos meios, Sen apresenta-nos apela às capacidades como factor de justiça, enquanto Rawls chama aos meios “bens primários”.

As capacidades, a realização das capacidades, a capacidade social de realização da capacidade. Sen defini capacidades como,

“As capacidades definem-se de modo derivado a partir das funcionalidades e, entre outras coisas, incluem toda a informação relativas às combinações funcionalidades entre as quais uma pessoa possa escolher.”³⁶

e

“A noção de capacidade, permite-no que façamos esta importante distinção, porque orientada no sentido das liberdades e das oportunidades, ou seja, pela aptidão que as pessoas tem de escolher viver um dos diferentes tipos de vida que esteja ao seu alcance, em

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

vez de nos formigar a atenção aquilo que se possa descrever como a culminação da escolha - ou sequela - como o saldo da situação saída da escolha.”³⁷

Um aspecto relacionado com a capacidade é a importância da liberdade. Para este autor a liberdade de escolher indica a oportunidade de respeito por certos aspectos de preferências culturais sociais, se a pessoa assim o desejar. A importância das políticas seguidas na sociedade pode funcionar como factor de incentivo à realização de capacidades.

A ideia de ética e economia em Amartya Sen

Amartya Sen no seu pensamento aborda também o impacto do comportamento humano baseado no interesse pessoal na qualidade da análise económica.

Sen identifica três dificuldades de partida para a uma “ideia” de justiça, que na sua perspectiva solicitam uma nova abordagem. São: “a inelutável relevância dos comportamentos reais que identifica como princípios que haverão de regular as instituições pertencentes à própria estrutura social básica: instituições justas que levam a sociedades justas”; as “alternativas à perspectiva contratualista” - que actualmente através de um conjunto de “regras” jurídicas procura pela “regra” no capital impor princípios de justiça - com a aceitação do contrato social por todos de modo unanime; e a “relevância das perspectivas globais” com as dificuldades em construir um “contrato social mundial”.

O princípio não é combater a desigualdade com a igualdade, mas sim com princípios de justiça, permitindo ao Ser aceder a um conjunto de direitos universais, fornecidos através de fundamentos éticos próprios do Ser e de princípios universais de justiça económica. Apesar da desigualdade, o acesso à economia de bem-estar permitirá numa sociedade desigual, aceder a uma economia mais justa com menor desigualdade económica.

Partindo destas três dificuldades, i) “a relevância dos comportamentos reais que identifica como princípios que haverão de regular as instituições pertencentes à própria estrutura social básica: instituições justas que levam a sociedades justas”; ii) “alternativas à perspectiva contratualista” e iii) “relevância das perspectivas globais”, uma “ideia” de justiça à sociedade DC, de forma a procurar na fórmula de Sen para reduzir a desigualdade na sociedade depois do capital e em pleno consumo.

O afastamento entre o atual sistema económico baseado no resultado, com o afastamento entre o atual modelo económico (do capital) e a ética, provoca uma das principais deficiências na sociedade contemporânea baseada no dinheiro. O comportamento do Ser enquanto interveniente na sociedade

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

é afectado por considerações éticas, que influenciam o comportamento humano. O centrar da ética, nas considerações da economia leva este autor a desenvolver o tema da economia do bem-estar, que no seu entender terá como consequência algum impacto no comportamento efetivo na sociedade, e, por isso, as considerações éticas devem ser relevantes para a economia moderna, ou seja, a economia na sociedade DC.

Sen assenta a economia do bem-estar na ideia de que a economia, tal como se apresenta, pode ser mais produtiva se dermos mais atenção às considerações éticas que moldam o comportamento e o discernimento humano; e analisa certos desvios dos princípios comportamentos normais da teoria económica que podem decorrer de considerações éticas distintas, quer individuais quer em grupo.

Apresenta um comportamento social contemporâneo pode ir contra a estratégia aparentemente dominante de cada pessoa, mas as condições da racionalidade do grupo de um tipo específico influenciam muitas vezes o comportamento efetivo sem envolverem qualquer defeito no conhecimento da pessoa. Esta forma de actuação, pode influenciar a maneira como a economia do bem-estar pode ser enriquecida dando-se mais atenção a valores éticos. A questão é saber de que forma a economia moderna da sociedade DC, o conhecimento e a política podem ser melhoradas permitindo que a economia do bem-estar desempenhe um papel na determinação do comportamento individual e de grupo e como o estudo da ética pode, por sua vez, beneficiar de um contacto mais próximo com a economia baseada no sistema do capital e assim diminuir as desigualdades da sociedade baseada no dinheiro.

Se aos intervenientes sociais, forem criados incentivos de racionalidade ao comportamento do Ser, com a consistência interna da escolha individual, juntando a maximização do interesse pessoal, poderá fornecer uma abordagem para uma maior igualdade de procedimentos no comportamento humano.

Sen foca em sistemas baseados em economias extremamente competitivas, dando o exemplo do Japão, na qual o devido sistemático comportamento por interesse pessoal para o comportamento baseado nas regras - dever, lealdade e boa vontade - tem sido extremamente importante para a conquista da eficiência económica individual ou de grupo, com isto poderá eliminar-se externalidades negativas como a inveja e o egoísmo, tornando um maior equilíbrio social através da economia baseada no mercado.

Isto leva-nos para questões importantes do comportamento social ligadas a questões económicas e sociais.

Há o caso em que as pessoas seguem certas normas de comportamento que vão contra os seus objectivos, que elas desejam maximizar, e isto acontece por vezes sem que atribuam qualquer importância intrínseca à adoção dessas normas de comportamento.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Essas normas podem ser seguidas por razões instrumentais, para benefícios do grupo como um todo na forma de os objectivos de cada pessoa serem mais bem serviços, mesmo que cada pessoa pudesse alcançar melhor os seus próprios objectivos seguindo uma estratégia diferente, dada a estratégia escolhida pelos outros.

A cooperação pode ser vista frequentemente como situações não repetitivas, em situações singulares da vida real.

Poder-se-ia dar o caso de os verdadeiros objectivos de uma pessoa não serem aqueles que ela pensa estar a maximizar. Mas também é possível que as pessoas compreendam claramente os seus objectivos e desejem maximiza-los, mas que levem em conta os objectivos dos outros, devido a um reconhecimento da natureza da interdependência mutua dos sucessos de pessoas diferentes nestas situações.

A demonstração da interpretação do comportamento por interesse pessoal, quer na ética, quer na economia, e em especial na economia do bem-estar pode admitir circunstâncias em que agir totalmente de acordo com o interesse pessoal pode ser eticamente justificado, na obtenção de objectivos que se traduzam num ganho no grupo em que se inserem, como é o caso no Japão nos códigos morais e éticos aplicados à produção económica.

Sen identifica as limitações dos conceitos “assistencialistas”, não fazendo parte recorrente de um procedimento social na sociedade DC. Indica três aspectos relacionados com o comportamento interessado ou egoísta: i) o aspecto do “bem-estar” egoísta; ii) objectivos do bem estar próprio e por fim iii) e escolha do objectivo próprio que conduz à “acção”. A distinção entre o “aspecto de bem-estar”, que inclui os sucessos e as oportunidades de uma pessoa num contexto da vantagem pessoal do indivíduo, e o aspecto da escolha do objectivo próprio que leva à acção, examina em termos de objectivos mais alargados, em que a análise vai além da busca do bem-estar próprio: depende apenas do seu próprio acto (egoísta, não envolve qualquer simpatia ou antipatia pelos outros) ou do seu próprio consumo; com resultados produtivos: através do bem estar próprio e o valor esperado pela consideração desse bem-estar em particular na atribuição de importância ao bem-estar dos outros e a escolha do objectivo de cada acto na perseguição do seu próprio objectivo, não o limitando, mas estendendo ao reconhecimento da interdependência mutua dos sucessos respectivos e na perseguição dos objectivos proposto pelos outros Seres intervenientes nas sociedade.

Sen estabelece uma distinção entre elementos da justiça distributiva e valorizações mais extensivas do indivíduo ou do grupo. Isto conduz a uma discussão sobre as várias formas de actuação social na busca do bem-estar contribuindo para uma limitação da desigualdade. Factores como a “pluralidade e a avaliação”; “comensurabilidade”; “completude e consistência”; “teoremas da impossibilidade”, bem como resultados de possibilidade positiva e caracterização construtiva.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Sen aplica o consequentialismo à economia (característica fundamental do capital), mostra também com a relatividade de posição e a sensibilidade do agente do juízo moral sobre questões tão fundamentais sobre os direitos e liberdade. Direitos de igualdade de distribuição da riqueza, evitando recorrer aos estados “normais” do comportamento humano da busca pelo bem-estar economia através do egoísmo social e próprio.

Sen demonstra que alguns dos princípios comportamentais normais da teoria económica - incorporando as componentes mais importantes do comportamento egoísta - podem decorrer de valorizações intrínsecas e instrumentais, quer individualmente, quer para o grupo. Isto é relevante e aplicável a casos económicos a falta de interdependências não relacionadas com o mercado e falta de credibilidade na política económica do governo, resultantes de políticas fiscais e sociais por parte do agente Estado que procuram reduzir a desigualdade social baseada no dinheiro entre os cidadãos.

Sen sugere que os problemas de incentivo para lidar com estas questões podem ter de ser reformulados se devido ao comportamento por interesse pessoal foram admitidos na análise económica. Afirma que aquilo que uma pessoa ou um grupo pode ver como maximizado, é uma questão relativa, dependendo daquilo que parecem ser as variáveis de controlo apropriadas e de que variações são vistas como meios certos ou correctos de controlo exercido pelo agente do grupo. Pode surgir uma ambiguidade genuína quando o valor instrumental de certas regras sociais é aceite para a perseguição geral dos objectivos individuais.

Nesta circunstâncias a reciprocidade deve ser vista como instrumentalmente importante, pois, de outro modo, seria difícil afirmar os verdadeiros objectivos de uma pessoa consistem a seguir a reciprocidade e não os verdadeiros objectivos: segue o interesse moral de ético do grupo social sobrepoem-se muitas vezes a interesses individuais. O Ser actua em conjunto através de actos de mercado e sociais em cadeia que quando bem encaminhados poderão contribuir para uma economia de bem-estar. Exemplos como a a virtude moral do espírito da comunidade; o facto das pessoas admitirem desigualdades da riqueza e de oportunidade, e de valorizamos disposições morais de: igualdade, comunidade, generosidade, amizade e ausência de egoísmo.

Na obra de Sen a ideia de justiça como forma da economia de bem-estar, através da condução do indivíduo como Ser social, através da ética na economia para a prática de movimento que poderão em termos económicos contribuir para a redução da desigualdade, de uma forma recorrente na sociedade de economia do capital, onde a livre iniciativa em que o aceleracionismo económico está patente e é o seu principal objectivo encontrar formas, cada vez mais eficazes, de produzir e aumentar lucros, fazer mais e mais dinheiro, aumentando os princípios de desigualdade. A forma de combater esse processo é instruir o Ser através de princípios éticos de justiça social de forma a produzir o bem-estar .

Estes princípios Sen descreve como os

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

“... fundamentos que servem de base aos juízos sobre a justiça (sejam aqueles liberdades, capacidades, recursos, a felicidade, o bem estar ou outros), a especial relevância de certos considerandos que figurarão sob o título geral de igualdade e liberdade, mas ainda a evidente conexão entre a prossecução da justiça e a busca da democracia, ...”³⁸

É com base da busca da ideia de justiça baseada em princípios morais e éticos, que Amartya Sen coloca a seguinte questão.

O que a ética pode fazer pela economia?

A sociedade do capital sempre teve as seus próprios princípios. A primeira ética vem das varias seitas relacionadas como a religião protestantes a que Max Weber, descreve no seu livro “O Espírito do Capitalismo”. Na sociedade DC, os principio éticos e morais, são de difícil identificação, ou seja, estão simplesmente baseados no resultado, o resultado acima de tudo e na capacidade de gerar rendimento, a na capacidade de gerar consumo através da facilitação de meios criados para o efeito, o empréstimo. Pode-se dizer que são princípios éticos individuais e egoístas de bem estares próprios. Mesmo o lado do consumo e bem-estar também são próprios. Nesta sociedade do capital, como refere, Amartya Sen, é importante os estabelecimento de princípios éticos para a economia se transforme em bem-estar e permita uma maior distribuição de bem-estar pelo conjunto dos Seres da sociedade DC.

O Ser na economia do bem-estar é visto, também à semelhança da economia do capital, como o ponto de maximizar a sua função na sociedade, função na utilidade gerada, medida em rentabilidade, do seus próprios actos, ou seja, consumos, que determina as suas escolhas enquanto seu comportamento, nos seus actos sociais.

O bem-estar de uma pessoa não pode apenas depender do seu próprio consumo, ainda auge o seu único objectivo seja a maximização do seu próprio bem estar e que todas as suas escolhas reflectem esse objectivo, por outro lado, o bem estar pode depender apenas do seu consumo, mas os objectos podem ir alem do seu próprio bem estar.

A atribuição de importância à consideração da economia do bem-estar pode ter o efeito de fazer a pessoa violar essas condições.

As considerações éticas podem sugerir a maximização de algum objectivo que não o bem estar próprio, e podem também induzir respostas que fazem o bem-estar pessoal assentar numa base mais larga do que o seu próprio interesse.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

A escolha do objectivo próprio - escolha de uma pessoa de qualquer ação mais adequada para servir os seus objectivos (incluindo os morais) dadas outras coisas sobre as quais não tem controlo (incluindo as escolhas dos outros).

O comportamento, afinal de contas, é também uma questão social, e pensar em termos daquilo que nos vemos fazer ou qual deve ser a nossa estratégia pode refletir um sentido de identidade que implica o reconhecimento dos objetivos das outras pessoas e das interdependências mutuas envolvidas.

Embora os objectivos das outras pessoas possam não ser incorporados nos nossos próprios objectivos, o reconhecimento da interdependência pode sugerir a adoção de certas normas de comportamento que não tem necessariamente valor intrínseco, mas que tem grande importância instrumental na promoção dos objetivos respectivos dos membros do grupo.

Sen conclui a sua reflexão fazendo referência a Adam Smith na importância das normas de conduta, de moral e de ética ao serviço da sociedade através do comportamento dos Seres que poderá contribuir para uma redução de situação de desigualdade social, em especial a de rendimento, e conduzir ao bem estar.

“Estas regras gerais de conduta, quando foram fixadas no nosso espírito pela reflexão habitual, são muito úteis para a correção de representação erradas do amor-próprio em relação àquilo que é adequado ou apropriado para ser feito numa ética instrumental complexa envolvida nessa moral social. Em problemas como o estabelecimento de relações industriais, a obtenção de produtividade na empresa e em vários outros exercícios económicos, este tipo de comportamento pode muito bem ser importante.”³⁹

A ideia Regra no capital em Amartya Sen

Amartya Sen, ao contrário de John Rawls ou Nozick, não apresenta nenhum modelo para aplicação da regra na sociedade do capital.

Para Sen a ideia da regra no capital, pode-se dizer, que se baseia nos princípios de justiça de Rawls e mesmo no pensamento de Robert Nozick.

Como?

Amartya Sen baseia a sua ideia de regra no capital seguindo em parte os princípios de John Rawls na equidade como princípio de justiça, através de instituições justas que geram pessoas também justas.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Sen não segue a perspectiva contratualista da norma como regente das regras da vida em sociedade, aplicada pela identificação da justiça através de instituições justas, guiadas pelos princípios da justiça. Prefere uma aproximação da justiça através do conceito de “nyaya”, que relacionada o dia a dia das pessoas em sociedade, ou seja, através como as pessoas vivem a sua vida.

Sen reflete racionalmente sobre a justiça à luz da ideia e contrato social. tradição contratualista que nos segue os pensamentos de Rawls e Nozick.

Sen critica o foco de Rawls são as instituições que formam o objecto sobre o qual não-de cair os seus princípios da justiça, que para Sen põem em causa o princípios morais que devem guiar os Seres em sociedade, pelo motivo desses princípios estarem nas instituições que podia conduzir a um fim da moralidade individual. As instituições no caso da justiça como equidade concebe-se as realizações sociais como determinadas por uma dada combinação de instituições justas e por um comportamento conforme adoptado por todos, indo este no sentido de uma transição previsível que partiria das instituições para chegar a concretos estado de coisas.

Para Sen a regra hoje em dia, os princípios de justiça em certos arranjos e regras vão na direcção do “niti”(corresponde ao arranjo organizacional associada à correção dos comportamentos dos Seres em sociedade), e vez de seguir na direcção do “nyaya”, ou seja, nas realizações sociais, nem nas vidas e liberdade humanas, que as pessoas efectivamente levam.

Amartya Sen segue um caminho diferente na sua ideia de justiça que se aplica à regra no capital. A criação da regra assenta também nas instituições e no comportamento recalque as pessoas levam na suas interações sociais. Trata-se de uma ideia de justiça baseada em princípios morais e procedimento éticos, que irão conduzir, guiar a vida em sociedade.

Sen vai atrás o pensamento de Adam Smith, Karl Marx ou John Stuart Mill, enquanto a John Rawls e Robert Nozick baseia, o seu pensamento no contrato social, em instituições justas seguindo a formula contratualista iniciada no século XVII por Thomas Hobbes, John Lock, Rosseau ou Kant.

III - A igualdade através do consumo

A sociedade DC é uma sociedade da desigualdade de quem tem pouco para quem tem muito dinheiro. Mas esta sociedade criou mecanismos financeiros para combater a desigualdade do dinheiro; mecanismos para fazer aceder ao dinheiro os mais necessitados; mecanismos criados pelo sistema financeiro do capital que possibilita o acesso ao dinheiro para consumir, acesso pela contratação de facilidades, pelo o emprestar de dinheiro através do crédito bancário. Nesta sociedade DC, as desigualdades do início da era industrial, desapareceram, existem mecanismos sociais, para encobrir a pobreza (subsídios sociais distribuídos pelo Estado). Para o Ser DC a igualdade é combatida através do rendimento, através do dinheiro ganho e não ganho que permite aceder à felicidade. Através do dinheiro acede-se ao consumo, e a ilusão do consumo traz satisfação, bem-estar e a ilusão da igualdade.

Partindo do princípio que a igualdade social é efetuada através dos mecanismo da ilusão do consumo. Somos iguais na medida daquilo que consumimos. Com este princípio a igualdade é baseado em uma ilusão de satisfação. Para o Ser social à medida que acede através do consumo aos mesmos bens, vai se tornado mais igual. Mas como podemos ser iguais se não existe uma justa distribuição de rendimentos? A resposta vem do sistema do capital. Através do crédito faz com que os menos afortunados possam aceder à ilusão dos consumos e se sintam mais iguais.

Partindo do princípio que o seu principal objecto ou forma de promover a igualdade e criar igualdade é o dinheiro e que para uns umas vezes arde e outras brilha. Na condição humana este simbolismo do dinheiro que para os que brilha se apresenta como fonte de prazeres e felicidade, para os que arde, apresenta-se como desejo que permiti aceder às suas satisfações mais básicas e depois à felicidade e prazer.

Para o Ser humano social na sociedade DC, na parte visível do icebergue, em que só com o dinheiro somos iguais, o homem apresenta-nos por uma concepção de necessidade moral, apresentados por vários sistemas religiosos e políticos. Mas essa necessidade surge como resultado das nossas imperfeições. A primeira instancia do ser humano é o egoísmo e a inveja. As nossas propensões egoístas e o sistema económico do capital molda estas pertences da essência humana. Assim como uma serie de outras imperfeições morais, levam que se realizem, múltiplas coisas pouco dignas nos negócios, no governo e na vida privada.

O legado da sociedade do capital são todas as contingências que compõem a nossa condição social presente. Mas, é com o egoísmo humano que apresenta a contradição da virtude de saber captar, impulsos transformados em generosidade que impulsionam e desenvolvem a actividade económica.

Tudo isto está na sociedade DC e na parte visível do icebergue.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Para isso passo a identificar esta desigualdade de tipo capitalista, ou igualdade baseada na capacidade de consumir, novamente através da definição de Thomas Piketty apresentada no seu livro "A Economia das Desigualdades"

“A desigualdade social e da redistribuição foi colocada em termos de oposição entre o capital e trabalho, lucros e salários, patrões e empregados. A desigualdade é assim descrita como uma oposição entre aqueles que detêm o capital, ou seja, os meios de produção, e que recebem então os seus rendimentos, e aqueles que não detêm e que se tem de contentar com os rendimentos do seu trabalho. A origem fundamental da desigualdade seria, então, a repartição desigual da propriedade do capital.”⁴⁰

É através do dinheiro e das ilusões do consumo que podemos criar princípios de ilusões em que seremos todos iguais.

A hegemonia do dinheiro na sociedade do capital. A sociedade da posse, dos haveres, como define Robert Nozick, só somos livres se possuímos: uma pessoa é mais livre quantos mais bens estiver na sua posse. A posse de bens em primeiro e só depois a liberdade. Este pensamento também se aplica ao dinheiro, quando mais dinheiro possuímos maior liberdade, de decidir, de aprender, de consumir o que queremos.

A forma mais fácil do combate à desigualdade através da ilusão da igualdade pelo o recurso às satisfações do consumo. Igualdade não através de princípios de justiça, mas sim pelo consumo de bens.

A distribuição do rendimento é essencial para a redução da desigualdade, mas como essa distribuição não tem a mesma forma, existe e existirá sempre disparidades de rendimento, há quem tenha muito e quem tenha quase nada, a forma de poder aceder a um princípio de ilusão da igualdade é através do dinheiro que poderá adquirir bens de consumo que lhe darão a imagem de igualdade. Assim a sociedade através de vários mecanismos desejantes, vai procurar incutir o desejo do dinheiro nos que não tem, através da forma de aceder pelo mecanismo do empréstimo. Empréstimo destinado não à produção, mas sim ao consumo, à satisfação de desejos que nos faça tornar mais iguais. O sistema financeiro fornece a maquina de satisfação dos desejos de igualdade, o batizado crédito ao consumo, que possibilita fornecer a quem não tem meios monetários para a aquisição de bens, forma que o possibilita de consumir tornando-se mais igual.

Mas esta forma de igualdade não é justa, pelo motivo de a desigualdade se manter, não existe justiça nesta forma de distribuição de rendimentos através do crédito.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Sabemos que a desigualdade perante a vida social, perante a vida material e até espiritual, sempre esteve presente nas diferentes fases históricas da humanidade. Quase podemos afirmar que nunca fomos iguais, nem mesmo nas ideias, nem na forma de pensar. Mas a desigualdade que abordo não é constituída por essas diferenças, mas sim desigualdade da economia.

Na sociedade AC, a desigualdade estava patente pelo diferentes estratos sociais, mas dentro de cada classe social os níveis de discriminação económica reduzia, pode-se dizer que todos os servos eram iguais, todos os clérigos tinham a mesma estrutura de rendimentos, a nobreza vivia com privilégios idênticos, até o próprio povo vivia transversalmente com os mesmos padrões. A igualdade mantinha-se dentro de cada classe social, raros eram os movimentos entre classes. Quanto mais baixa fosse a classe maior a desigualdade relativamente às classes superiores. Nessa sociedade antes do capital, a classe que parecia bater-se contra a nomenclatura instalada era a burguesia, classe de comerciantes, intermediária nas trocas, logo mostrou determinação não na mudança social, mas em procurar igualdade através da riqueza, gerada pelo dinheiro. Pode-se dizer foi a primeira classe a viver, com e do dinheiro, ganho com o comércio. Classe que ao longo da história da economia, iria ser responsável pelo desenvolvimento do capitalismo. Por ironia a classe que mais procurou a igualdade foi a quem mais contribuiu para a desigualdade na sociedade DC.

Partindo do princípio que a igualdade é um sonho do homem, a abordagem à desigualdade na sociedade DC recai sobre a parte visível do icebergue, percebida pelos sentidos humanos.

O capital como sistema de desigualdades, criador de riqueza mas gerador de muita desigualdade. Para uns terem muito, outros terão pouco ou muito pouco e muitos outros quase nada e mesmo a maioria nada.

A grande causa de desigualdade, podemos considerar como sendo a própria condição humana. Condição de procurar de uma forma constante as desigualdade o homem é em si mesmo um Ser desigual que busca e procura em si mesmo a desigualdade. Vive no mundo de diferenças mas o seu habitat natural é a busca pela desigualdade que o diferencia dos outros homens. Somos todos diferentes e todos desiguais.

Tal como a sociedade dos dinheiros procura a ilusão para o sistema poder funcionar, a desigualdade social e económica, através da ilusão do dinheiro estimula a ilusão da procura de sermos todos iguais.

Se o homem enquanto Ser social, na sua condição está implícito de forma natural a harmonia entre os seus semelhantes, não existiria tantas mensagens de bom comportamento e convivência social, como, as religiões e os vários sistemas sociais criados para igualar os homens e construindo uma sociedade mais igualitária, em que o sentido de justiça imperasse. Um sistema como o capitalismo, baseado na mais valia, no dinheiro e na exploração do trabalho humano, não existiria,

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

não sobreviveria, e rapidamente estaria ultrapassado. Mas a realidade apresenta-nos algo diferente, o sistema económico do Capital, com todos os seus defeitos e contradições é o preferido da condição humana. A sociedade com dinheiro tem sobrevivido, e renascido constantemente, apesar de todas as desigualdades criadas, e de muitas vezes, aparentar estar à beira do fim. O próprio homem enquanto Ser social o coloca novamente em funcionamento, inventando-se e reinventando-se constantemente, através do sistema capitalista.

A sociedade DC é a sociedade dos desejos e da ilusão da procura constante de satisfação através da aquisição de bens de consumo. Neste modelo de sociedade DC, o desejo da igualdade é efetuado através do consumo.

A desigualdade está patente, na sociedade do capital, na oposição entre os rendimentos do capital repartidos muito desigualmente e os rendimentos do trabalho supostamente homogéneos. A verdade é que a maior parte das desigualdades de rendimentos se explica, nos nossos dias, e nos tempos mais passados, pelo desequilíbrio dos próprios rendimentos do trabalho, ou seja, as diferenças de salários entre os mais bem pagos, e os menos bem pagos. Podemos em parte explicar estes desequilíbrios sociais provocados pelos rendimentos do trabalho, através da teoria do capital humano: explica que o trabalho e as suas habilitações não são uma entidade homogénea e que diferentes Seres laborantes, transportam diferentes capacidades de contribuir para a produção dos bens e serviços procurados pelo mercado.

Como não existe igualdade na sociedade DC através de uma justa repartição de rendimento, o Ser da sociedade do capital vai através do processo de consumo buscar a igualdade através da aquisição de bens de consumo pela oferta a apelos ao desejo e satisfação pelos intervenientes económicos. A lei da necessidade, da oferta e procura não interessa, mas sim uma simbiose entre desejo, ilusão e satisfação. Assim o Ser social procura a igualdade através da aquisição e bens, o que transporta para a ilusão de ser e estar mais igual face aos outros Seres.

Este Ser social, nascido no final da modernidade, que se transporta para o consumo, é nos apresentado por Walter Benjamin na sua descrição de “flâneur”, descrevendo esta personagem como.

“O registo tranquilo dessas descrições ajusta-se aos hábitos do flâneur, que é uma espécie de botânico do asfalto. Mas já a essa altura não se podia passear calmamente por todos os pontos da cidade.”⁴¹

Esta nova personagem que passeava pela cidade vendo montras nos espaços comerciais na Paris do Século XIX.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

“As passagens, uma nova invenção do luxo industrial”, diz um guia ilustrado de Paris, de 1852, “são galerias com cobertura de vidro e revestimentos de mármore que atravessam blocos de casas, e cujos proprietários se juntaram para poder entregar-se a tais especulações. De ambos os lados dessas galerias, que recebem luz de cima, estendem-se os mais elegantes estabelecimentos comerciais, de modo que uma tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura.”⁴²

Tal como hoje nos grandes espaços de consumo que observava na Paris desse tempo, o observar da ilusões do bens de consumo ali expostos, através do consumo de passeio.

Esta personagem da pré-história do consumo, vagueia como nos nossos dias, podem mudar-se os tempos mas a vontade permanece em consumir. O “flaneur” de hoje, não fica só por ver vitrines ornamentadas, é mais activo, procura buscar no consumo a ilusão, dando a sociedade formas de tronar o consumo mais verdadeiro.

Zygmunt Bauman, pensador deste modelo nesta sociedade, da vida para o consumo, classifica esta nova sociedade de “exercito de consumidores” como **um estado liquido**.

Este novo conceito de “sociedade liquida” proposta por Bauman, é apresentado com uma metáfora para descrever as transformações sociais e positivas que ocorreram entre o meio e o fim do século XX, representamos na desintegração, ou “liquefação”, das instituições e procedimentos sociais da modernidade, também identificados por Gilles Deleuze e Felix Guattari com a desterritorialização e aceleração como movimento sempre constante do capital. Transportando-se e transformando-se na batizada modernidade liquida.

Esta transformação atinge também o sistema económico baseado no capital, que atinge a parte visível do icebergue passando também para o estado liquido. Este novo capitalismo liquido, que tem nas suas principais características, a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores. Nesta sociedade de consumidores surge como factor essencial a “raça de devedores”, marcada como um elemento de predominal importância no forma do desenvolvimento económico das novas sociedades em que o dinheiro dita a sua lei.

Este novo estado, baseado na liquidez em que cidades líquidas, cidadãos líquidos, se transforma em exércitos de consumidores. Que contribuem para a parcela da equação da acumulação de capital pelo sistema financeiro, que acaba por fornecer os meios, através do crédito, para que o sistema funcione e jamais pare.

O fornecimento de meios através do crédito, entenda-se que os meios são o dinheiro, para o circuito funcione de forma interrupta “24 horas por dia”, “ 7 dias por semana” e os “365 dias do ano”,

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

implica que essa forma monetária se adapte ou exija também maior adaptabilidade ao actual meio líquido. O dinheiro vai adquirindo cada vez maiores formas de imaterialidade, de modo a ser sempre com maior transaccionalidade exigida pela sociedade do consumo, e também maior imaterialidade para o seus detentores, como forma de passar para o outro lado com a maior rapidez possível, A materialidade do dinheiro pode ser um obstáculo ao consumo, ir ao mealheiro, contar notas e moedas, transportá-las podia ser um muro para chamamentos de desejos e ilusões da nova sociedade consumista. Do lado do sistema financeiro e da Banca, propriamente dita, cada vez baseia o dinheiro na maior fiduciário possível, virtualizando em bits, para poder passar o mais rapidamente possível para o consumo. Por fim volta à sua forma original transformando em mais valia, no capital, materializando no topo da pirâmide do sistema do capital.

O capital como sistema parasitário, em que o seu vírus é o dinheiro e para manter o parasita em funcionamento tem que aumentar permanentemente o lucro.

As várias partes da equação capitalista tem que se manter para o sistema sobreviver (territorializar; desterritorializar; e acelerar).

De uma sociedade de produtores (CC), baseada no negócio direccionado para a satisfação de necessidade existentes, com as ofertas produzidas em resposta à procura corrente, alterou-se completamente. A sociedade de produtores (com os lucros provenientes da exploração do trabalho assalariado) . Na nova sociedade de consumidores (DC) os lucros proveem sobretudo da exploração dos desejos do consumo. Esta nova filosofia económica, em que a nova finalidade do negócio é evitar que as necessidades sejam satisfeitas e, evocar, induzir, conjurar e ampliar novas necessidades que apelam por satisfação e potenciam novos clientes, induzidos à acção por essas imprescindíveis necessidades. Resumindo este novo sistema afirma que a função da oferta é criar procura. Este novo sistema aplica-se a todos os produtos, sejam provenientes do sector secundário ou das sociedades financeiras. O sector financeiro também criou uma necessidade por empréstimos criando e ampliando a necessidade do credito.

Nos tempos passados e esquecidos, da sociedade com o capital (CC), era preciso adiar a satisfação, ou nas piores das hipóteses esquecer. Segundo Max Weber, este adiamento foi o principio que tornou possível o capitalismo moderno. Para isso tinha-se de aforrar, passar por necessidades, gastar com prudência e frugalidade, fazer uma poupança bancária, e ter a esperança, com cuidado e paciência, de conseguir juntar o suficiente para transformar os sonhos em realidade.

Esta mentalidade alterou-se completamente na nova sociedade, o novo sistema, permite o acesso fácil ao dinheiro. O sistema financeiro através dos bancos, coloca uma série de instrumentos financeiros para aceder rapidamente ao desejos, através de cartões de crédito, créditos fáceis, está facilitada a aquisição das satisfações no imediato. Desapareceu a necessidade de poupar para poder adquirir. Desapareceu o capitalismo primitivo, vivemos tempos pós-capital, depois do capitalismo, tempos baseados no consumo.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

O já e agora são as palavras de ordem, o depois ou mais tarde desapareceu do vocabulário do consumo. Esta é a grande transformação do capitalismo moderno. O consumo através dos empréstimos, que mais tarde ou mais cedo terão de ser pagos.

O pagamento dos empréstimos separa “esperar” de “querer”, e atender prontamente os seus desejos atuais torna ainda mais difícil satisfazer os seus desejos futuros. Não pensar no depois significa como sempre, acumular problemas.

A dívida contraída, desterritorializou, foi transformada numa fonte permanente de lucro. E o consumo passou a ficcional, baseado no crédito.

Podemos falar de um outro tipo de consumo, o consumo ficcional. Na sociedade DC quem não dispõem de capital, tem mecanismos para aceder aos bens de consumo. Já não necessita de passar necessidades para poupar, a palavra de ordem é “agora é mais fácil”.

O consumo ficcional é efetuado através de uma serie de ilusões de posse. Compramos a crédito, temos um sentido da posse real, é meu, mas na prática não é, é uma espécie de empréstimo indireto, se não cumprimos com o que nos é emprestado para a aquisição, os bens adquiridos, em ultimo recurso são-nos retirados. Este novo Ser social, corre o risco de um momento, voltar ao seu estado primitivo, ficar sujeito à intempérie da sociedade sem nada para o proteger, tudo foi levado pelos que possibilitaram a aquisição de bens de consumo através do crédito. Agora, resta a cura, o próprio sistema tem o remédio, espera que o sistema o volta recuperar, a ficar novamente cheio de saúde, mas pujante que nunca, para poder ficar novamente à sua disposição e voltar ao ciclo das facilidades do consumo. Os meio voltam a estar à sua disposição. Podemos dizer “o sistema é amigo!” A sociedade DC faz o transporte para um sistema de igualdade ficcional, também ela emitida através do consumo. Somos iguais na medida daquilo que possuímos.

A igualdade ficcional

Este novo modelo em que ... “se não pode pagar a sua dívida, não se preocupe”, a ausência de débitos não é o estado ideal. No sistema antigo, os emprestadores, estavam ansiosos por reaver os seus dinheiros com prazo pré-fixados e não renováveis. Nos tempos DC, com o novo sistema em que a dívida contraída é transformada em fonte permanente que a dívida não se paga mas sim gere-se, assenta perfeitamente no sistema actual. Estes novos credores bancários, não querem o dinheiro de volta, oferecem mais créditos para pagar a velha dívida e ficar com algum dinheiro extra (nova dívida extra) a fim de comprar novas alegrias, continuam-se a embriagar-se adiando assim a ressaca.

As pessoas que se recusam a gastar o dinheiro que ainda não tem, abstendo-se de pedir emprestado, não tem utilidade alguma para os emprestadores, assim como as pessoas que levadas pela prudência ou por princípios morais que estão no presente fora de moda, que se forçam por pagar o que devem. Para o capital, o devedor ideal é aquele que jamais paga integralmente suas dividas.

A sociedade DC passou da sociedade da ilusão do dinheiro, para a sociedade da dívida. Da dívida real e dinheiro ficcional. Viver a crédito: a gastar dinheiro que, na melhor das hipóteses, só ganhariam muitos anos mais tarde. Vive-se em dívida. Não em dívida com o próximo, mas em dívida com o sistema do capital.

O crédito funciona como o dispositivo mágico para desempenhar a dupla tarefa que permite que o capital vendesse mercadorias e os consumidores as comprassem, em grande aceleração. E agora podemos dizer que a fase líquida da modernidade, o Estado é gerido pelo capital quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para o obtê-lo. Passamos assim de uma economia baseada no capital industrial para a economia baseada no capital financeiro, que também é ficção.

As fontes de lucro do sistema passaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária, para a exploração dos consumidores.

As classes com ausência ou rendimentos muito reduzidos, para responder às seduções do consumo, precisam de dinheiro, dinheiro fornecido pelo sistema de crédito para se tornarem úteis ao consumo segundo a concepção do capital de utilidade - a DC em plena actividade.

O cidadão DC está permanentemente à frente, ser o primeiro nas tendências de estilo (moda), ou seja no grupo de referência dos seus pares, dos outros que contam, e cuja aprovação ou rejeição trata a linha entre o sucesso e o fracasso social. Estar à frente indica uma chance de segurança, e de certeza da segurança, exatamente os tipos de experiência que a vida de consumo sente falta. A economia do adquirir para deitar fora, uma igualdade reciclável.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Assim podemos dizer que estamos na sociedade dos dinheiros, em que os princípios de ilusão, são as formas de apresentação do capital como fantasias formadas de modo a criar um princípio de ilusão. A ilusão associada à mercadoria, desejo como fetiche de Karl Marx ou as fantasmagorias de Walter Benjamin, criam a aura do desejo e a sua necessidade da satisfação. O dinheiro aparece-nos como o sistema universal da grandeza de valor, que permite aceder ao desejo, cobrir a ilusão da satisfação, e por fim, é o grande facilitador do desenvolvimento do capital a uma escala mundial, e planetária. Todos os sistemas económicos (produtivo, serviços e financeiro) basearam-se no triunfo do dinheiro como unidade agregada de valor e de desejo.

O desejo na economia de mercado (economia do capital) funciona como a ilusão no capital. Porque é de um factor assim que todo o sistema se mantém a funcionar, e realiza perpetuamente a sua própria imanência. É assim que o dinheiro capital, é o objecto global do investimento de desejo. Desejo do assalariado e desejo do capitalista, onde o capital reproduz os seus próprios limites a uma escala cada vez mais alargada, e cada vez mais englobante, de todas as personagens sociais da sociedade do capital.

O desejo fala como um fantasma, o simples que vem ocultar a produção desejante e todo o desejo de produção efectiva.

A todo esse processo no elo que o sustentou, o dinheiro, agregador, monopolizador e centralizador do sistema do capital. É neste sistema que o capital é antes demais um sistema de ilusões, em que o dinheiro é uma das formas que conduz à alienação dos intervenientes do sistema, contribuindo para a ilusão da igualdade pelo consumo, contribuindo para um estado de igualdade ficcional, produzida pelo sistema do Capital utilizando a máxima de “somos o que consumimos”, podemos ser todos mais iguais através da posse de bens dos quais a sua propriedade é ficcional. O jogo funciona como nos mercados financeiros sobre “commodities”.

O crédito para a aquisição de bens traduz uma ficção social de igualdade. O acesso a bens de consumo com a ajuda do crédito faz que o Ser tenha a ilusão de ser igual, e da própria sociedade ter reduzido a desigualdade económica do Capital. O próprio sistema do capital transmite a ilusão para todos Seres da sociedade que ele mesmo, o Capital, contribui para a redução das desigualdades entre os Seres, mas na pratica isso não se verifica, como refere Piketty com o Capital as desigualdades vão se aumentando.

A ilusão da desigualdade não é adquirida através da facilidade com que adquirimos bem estar, através de bens que não nossa pertença. Mas sim, através do que é colocado à disposição do Ser para os poder adquirir. O processo de aquisição é efetuado através de um intermediário que não, não nos pertence, é-nos emprestado. Assim, tornamo-nos mais iguais, pela ilusão de um rendimento que não chega a ser, e também não é um haver próprio, trata-se de um rendimento fictício, provocado pelo credito, que funciona como um meio intermediário no processo de troca. A ilusão de sermos

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

mais iguais, é uma ilusão de rendimento fictício, através do produto crédito, que possibilita a posse de bens, também ela em consequência de todo o processo é fictício, apesar de estar sobre a posse privada do Ser, e de afirmamos enquanto donos fictícios do bem “é meu”. Esta situação é bastante diferente dos bens adquiridos em consequência do próprio rendimento, sem recurso ao do apoio crédito.

Os bens foram adquiridos a com o recurso a um factor externo que possibilitou a operação de aquisição. O empréstimo a crédito, que mais tarde ou mais cedo o Ser vai ter que o honrar, e assim rectificar a sua posse. Se a capacidade de honrar não se verificar, dá-se o passo atrás, o estado da ilusão termina, o bens adquirido através do processo de crédito, arrisca-se a perder, perde o que o faz mais igual, e regressa ao pesadelo da desigualdade económica. Verifica-se na igualdade ficcional uma espécie de regresso ao futuro, vive-se no presente num estado de igualdade económica que na realidade não existe, é provocada pela ilusão do consumo.

Conclusão

Três Questões

1ª - A desigualdade no sistema capital a partir da sociedade DC?

A sociedade DC é uma sociedade baseada na ilusão. Uma sociedade que constrói em permanência ilusões para combater a desigualdade. A desigualdade económica provocada pelo rendimento, a desigualdade moral provocada pelo dinamismo do sistema do capital, que vai alterando as regras da moral nos seus Seres e reproduzindo os seus próprios fundamentos éticos através da concretização de objectivos económicos.

Na sociedade DC não é o sonho que comanda a vida dos Seres, mas sim a ilusão e as construções de várias ilusões através de princípios de consumo que os levam a sonhar, com e até, à ilusão da igualdade.

É a ilusão de igualdade porque vivemos num estado de transe, em que os bens adquiridos por meio de facilidades, faz-nos pensar que estamos numa situação de bem-estar económico, social, um bem-estar de rendimento ilusório, ou seja, mais uma ilusão, desta vez a ilusão de ter rendimento.

Para este estado de ilusão funcionar, o sistema do capital criou ele próprio uma série de facilidades, de fácil acesso aos Seres para ir alimentando o sistema da ilusão. Quando o sistema funcionar, o estado da ilusão mantem-se e a sociedade DC prospera.

A ilusão é servida através de vários princípios de ilusão, sendo o principal a ilusão de igualdade através do consumo. O princípio da ilusão através do consumo, parte da premissa de só ser possível aceder à ilusão com a criação de mecanismos, de instrumentos que nos permite aceder a esse princípio através do consumo.

Os mecanismos criados, através de facilidades, entendemos como crédito, que nos permite aumentar o nível de consumo, e com isso acender inconscientemente à ilusão da satisfação.

Esta ilusão está inserida na percepção que os Seres tem de cada vez mais se tornam mais iguais economicamente, com mais rendimento. O sistema da ilusão não pode falhar, com a manutenção de rendimento a prazo de forma a que as facilidades se mantenham.

Como funciona o sistema DC da ilusão?

o primeiro mecanismo é o dinheiro também ele se transforma numa ilusão. A sociedade do capital é um sociedade “money power”, regulada pelo dinheiro que possibilita aceder a ilusão do consumo.

A sociedade DC tem no dinheiro o seu expoente máximo. Esta sociedade vive no “socius” regulado pelo capital em tudo gira baseado no dinheiro. Este “socius” apresenta-nos como um icebergue, com dois sistemas, em cima bastante visível, de fácil interpretação, em baixo, complexo, não se vê, sempre em crescimento e em constante renovação, não é possível saber a sua dimensão mas é o responsável pelo funcionar do sistema visível. O “underwater” é o responsável pela movimentação da parte visível do “socius”.

A parte visível apresenta-nos com vários fluxos de capital, o monetário é o mais importante, é o que permite manter o sistema em funcionamento, na industria, no comercio. O capital, adapta-se rapidamente á movimentação do “socius”.

A parte “underwater” é a que comanda a superfície com a responsabilidade da criação do dinheiro, do dinheiro real, baseado em fluxos reais de funcionamento da parte visível do icebergue, mas também de todos os mecanismo de reprodução e rentabilidade do dinheiro através da criação de vários sistemas de ficção no mercado monetários. O capital ficcional como Marx o batiza, é um capital de ilusão baseado num sistema de ficção comercial de perspectivas de capitais futuros que se podem transformar em capital real, repito se podem transformar em capital real.

Esta fabrica de dinheiros, gerador de mais valias, conduz para uma vida de consumos para continuar a aumentar o seu rendimento, procurando a forma de fazer crescer ainda mais os seus lucros através de uma vida para os créditos.

A vida de consumos e a vida de créditos, provoca um aumento, um excesso de rendimento lucro (ganhos sobre o capital emprestado) , em determinadas de margens do sistema “underwater”, que por sua vez uma percentagem bastante reduzida atinge a parte visível do “socius” no cimo do icebergue. Como a parte que chega ao cimo é muito reduzida faz com que vá existindo cada vez mais discrepâncias entre os seres na sociedade DC.

O sistema teve que criar um mecanismo para corrigir estas discrepância, mas sem recorrer a uma maior redistribuição do rendimento pelos seus Seres. Não contribuindo para o avantajamento da parte visível, mas sim, pelo facilitar do recurso a facilidades. O crédito, possibilita a manutenção do nível de consumo, sem rendimento, e em simultâneo cria mais uma fonte de lucro. O lucro agora está em ambos os lados do ciclo. O Ser entra na ilusão do aumento do rendimento, na ilusão da igualdade, através da manutenção do seu consumo, que lhe transmite sensações de bem estar e mais igualdade social.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Este estado de desigualdade, a sociedade do capital que Gilles Deleuze e Felix Guattari referem como em alta rotação... sempre à procura de novas preferias, lugares que permite aumentar o lucro do capital.

O dinheiro sim, o dinheiro funciona como o combustível da máquina. Que ao ser colocado na máquina, ao seu serviço, se transforma em capital dinheiro.

A fabrica do dinheiro também cria a suas próprias ilusões através da ficção monetária. O dinheiro através de mais um mecanismo de ilusão transforma-se através de outros dinheiros em mais e mais, mais dinheiro que de facto não existe na realidade mas é parte da ficção da capital.

Esta maquina de ficção funciona na parte “underwater” do icebergue, em que através de vários mecanismos opacos vai fornecendo o “money power” da sociedade visível.

Assim a sociedade DC apresenta-nos mais um elemento que se ver juntar à ilusão económica, à ilusão social, à ilusão de igualdade, a ficção. A sociedade DC é uma sociedade da ilusão e é uma sociedade ficcional.

A ilusão vive no cimo, está à vista e é sentida por todos os seres, por baixo a parte invisível da maquina através de vários mecanismos vai mantendo o cimo a funcionar.

A ficção junta-se à ilusão no “socius”, a maquina invisível do “underwater” do icebergue vaifazendo em cima o sistema - como refere Deleuze e Guattari - marcar e desmarcar territórios (territorializar e desterritorializar), procurar novas preferias, sempre a mudar do centro para a preferia procurando no desterritorializar, descobrir novas formas de lucro que aumentem avantajamento do capital, sempre com novas ficções e ilusões.

As personagens que se deslocam na parte visível do sistema têm os seus próprio códigos sempre em perfeita rotação e redefinição no fim transformam-se sobre 360 graus, alterando a formalização da linguagem mas significando o mesmo. Na sociedade do capital, não se pode aplicar a máxima de Wittgenstien, “O que, de alguma maneira pode ser dito, pode ser dito claramente; e sobre o que não pode falar, deve-se calar”⁴³, no capital e em especial na sociedade DC, esta-se sempre nas ilusões do desconhecido que não se pode falar, mas constantemente dito na ilusão. O que se pode ser dito, não se fala, está escondido no “underwater”.

Como já foi referido A sociedade DC é a sociedade da ilusão e da ficção, a ilusão económica, a ilusão da igualdade, e a ficção do rendimento, e a ficção da igualdade. O Ser DC exhibe uma igualdade ficcional.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Trata-se da sociedade da ilusão da igualdade porque essa igualdade é efetuada através do consumo, é a sociedade da ficção porque o consumo se faz através do capital ficcional, que provoca também uma ilusão de rendimentos.

Entramos agora em plena parte visível do icebergue onde se move o Ser DC. Com os seus exércitos de consumidores.

A sociedade do capital evoluiu da sociedade de produtores com as suas mercadorias duráveis para satisfação de necessidades; para a descoberta de um novo território, a sociedade dos consumidores. Esta transição do capital para a sociedade depois do capital(DC) teve por base uma alteração do método de produção destinado, bem como, a uma ornamentação da mercadoria para se tornar mais atrativa. Este novo sistema, da produção baseada no consumo, com a mercadoria mais enfeitada fez com que os apelos ao consumo fossem ficando mais fortes. O próprio sistema criou novos códigos de apelo.

Mas com este sistema a funcionar, se o pressuposto básico para aumentar o consumo era a existência de maior circulação de dinheiros, ou seja, um aumento de rendimento para os Seres.

O mundo do capital não estaria disposto a potenciar um avantajamento através de uma maior repartição de rendimento proveniente da função dos seres na produção da mercadoria. Era necessário criar mais uma ilusão ou um novo território para o sistema continuar a funcionar cada vez com mais pujança. O sistema desterritorializou da produção para o consumo, e agora vai descobrir; criar um novo território, vai territorializar, ou seja descobrir um novo mercado. Através dos mecanismos do capital, cria facilidades para ser mais fácil consumir, cria através do sistema financeiro: a venda de dinheiro. Os Seres da sociedade DC, através de facilidades, podem e poderão aceder ao consumo ilimitado, o novo território da ilusão da igualdade estava criado.

O sistema do capital na sociedade DC, tem mais uma fonte de valorização: valorização na produção; valorização no consumo; valorização do capital dinheiro real; valorização do capital ficcional, este não existe mas cria mais valor que o capital real.

Assim chegamos à sociedade do hiper; do fast; da aceleração, movendo-se a grande velocidade, como define Baumem, com os seus “exércitos de consumidores”, Seres com “vidas para o consumo”, e “vidas a crédito”, uma sociedade do imediato, líquida onde tudo flui. Em sociedade da dívida e em dívida.

A igualdade entre os seus Seres é líquida, é uma ilusão provocada pelo consumo, é uma igualdade ficcional, baseada em rendimento ficcionais, em posses ficcionais, que se vai mantendo enquanto o

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

sistema possibilitar este modo de vida, de procura de satisfação imediata através de vários consumos. Em que não interessa consumo de bens básicos mas somente o acessório.

Nesta nova sociedade do capital, a sociedade DC, para além de todas as transformações sociais inerentes a uma sociedade, surge uma nova ética e uma nova moral. A ortodoxa ética protestante de Max Weber, desaparece na nova moral com o novo espírito de capital da sociedade DC.

Os novos princípios estão na vertigem da velocidade e do novo tempo do consumo, da captação de recursos para aplicar no consumo, não através do rendimento presente, mas sim fazendo fé nos rendimentos futuros, através de facilidades de crédito, através do crédito ao consumo. Consumir é o grande objectivo, o sistema possibilita a concretização dessa ação.

O dinheiro, também se adapta aos novos tempos, torna-se mais leve, mais fácil de transportar, é de plástico, torna-se invisível transforma-se em bits, é mais fácil de gastar, não se conta, não se aforra, é feito para gastar. É virtual, também uma ilusão, mas, a dívida que assenta no consumo é real, esta sim, bastante real, tal como a realidade do estado económico dos Seres da sociedade DC; tal como a desigualdade, também é real.

Aqui entra-se na realidade da sociedade DC, a realidade que flutua no icebergue, a parte visível, a dívida é real não é uma ilusão a desigualdade é real o próprio consumo baseado no crédito é uma ficção, no fim podemos estar em perfeita realidade, em plena desigualdade que nunca desapareceu, e com uma coisa bastante real a dívida, está existe em bits, e representa dinheiro que não temos.

Se o sistema for bondoso nesta situação, vê se podemos voltar a ser úteis para o modelo DC, facilita, com mais facilidades, limpa a realidade, e volta a introduzir no sistema, estamos prontos para o vivermos no território do capital.

No fim vive-se num estado de ilusão em que a próprio ilusão passa a ficção. Quando a ilusão termina, verifica que o seu estado real é de profunda desigualdade, mas a ilusão mantinha numa situação de igualdade, com a ficção do dinheiro e com ficção de igualdade.

Com podemos corrigir esta situação dentro a sociedade DC, como podemos produzir mais igualdade, reduzindo a desigualdade económica?

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

2ª - Como podemos combater a desigualdade?

Pikket economista que estuda o fenómeno da desigualdade na economia, apoiando-se em dados estatísticos, é peritório quando conclui que o capital por si mesmo gera só mais capital. Os seres ou as classes do capital, de uma forma constante sem a intervenção de nenhum factor divergente, acabam sempre por acumular mais capital, quer através de factores produtivos geradores de capital como através do rendimento, onde-se conclui que por isso só, dinheiro gera dinheiro.

Mesmos a próprias classes dominantes da sociedade do capital, o que repartem ficam sempre com a melhor parte. A desigualdade perdura numa tendência para a distancia entre os beneficiados do capital e os que contribuem para o capital aumente.

Ao longo da historia recente do capital no século XX, os grandes períodos onde se verificaram uma diminuição da desigualdade económica estiveram relacionados com factores externos ao capital, como as grandes guerras, que destruíram os estados existentes, e proporcionaram o recomeço em situações mais igualitárias.

Como o sistema todo ele funciona em torno da desigualdade económica da sociedade do capital, uma das formas⁴⁴ de combater a desigualdade provocada pela sociedade do capital na sociedade DC é com princípios morais e éticos e no momento da repartição do capital, no momento de proporcionar mais bem-estar através do capital é através de princípios morais que permitam a todos os Seres usufruir dos benefícios da criação de capital.

3ª- Podemos tornar-nos menos desiguais na sociedade DC?

Temos 3 respostas

A primeira resposta é sim.

Porque sim, através de princípios de justiça, através de instituições justas que conduzem a indivíduos justos na sociedade, e em liberdade. Podemos, como refere John Rawls para criar uma sociedade mais justa, com o principio da justiça pela equidade, em que todos temos direito a um mínimo e todos estamos iguais perante todos. Não existem diferenças no momento zero entre os seres, a diferenças vão surgindo com o decorrer da vida e com as “habilidades” que cada um possa produzir, mais ou menos bem estar para si mesmo e como consequência para a sociedade, mas sem nunca por em causa o outro.

⁴⁴ a outras formas é o aumento do conhecimento e instrução ou seja do saber; politica publicas

A segunda resposta é não

O porque não de Robert Nozick. Para este pensador devíamos viver num “Estado de Natureza”, em que cada um dependia de si mesmo para concretizar as suas realizações. Este estado é o ideal para a Sociedade DC, com as regras da natureza do Capital. No Estado de Natureza de Nozick pressupõem para os seus Seres, um estado de perfeita liberdade em que cada participante vive na liberdade de determinar as suas próprias ações, ter e usar dos seus bens dentro de limites das próprias leis da natureza, sem infringir e prejudicar os direitos uns dos outros. Os direitos dentro deste estado mínimo são defendidos por associações protectoras que irão fazer-lhes cumprir pelos ser Seres. O Estado é regido por uma mão invisível que encaminha os seus seres de forma involuntária através dos seus actos a contribuir para o bem-estar geral. A liberdade bem como a justiça é regida pela posse de bens, ou seja é uma justiça de haveres. A posse dos bens tem assentar nos princípios do estado de natureza, sem infringir e prejudicar os direitos uns dos outros se este princípio não se verifique, o estado através das associações protectoras, através do árbitros tem que ratificar e corrigir a posse ilegítima dos bens para quem prevaricou. Este estado funciona como uma lei dos vivos, o estado ideal para a lei do capital, a moral e ética é aplicada às circunstância. Neste estado a desigualdade está marcada a quem não tem haveres fica totalmente sem direito a leis no Estado mínimo da Natureza. A sua esperança é que a mão invisível o possa alcançar e alterar a sua situação de desigualdade, vive num estado de roleta.

A terceira resposta é não e sim (nim)

Amartya Sen parte de princípios de Rawls da justiça como equidade e na capacidades dos Seres da sociedade DC serem capazes de desenvolverem ações capazes de criar condições pela razão de bem estar para a sociedade. Sen apresenta-nos na sociedade o caminho através da ideia de propriedade que caracteriza as organizações e instituições sociais associados ao comportamentos dos seres em sociedade, e, às coisas que passam na vida que os Seres levam em sociedade tal como realmente acontece. Estas duas formas de conduzir a justiça na sociedade, através das instituições que regulam e gerem o comportamento social (pensamento de Rawls), e à forma como a vida realmente acontece, deverá criar uma ideia de justiça baseada em princípios éticos, na liberdade e transportados para a sociedade DC poderão conduzir a sociedade menos desigual. Para esta condução a economia do capital terá que evoluir para uma economia de bem-estar, baseada em princípios comunitários e éticos, pelo comportamentos e geração de capacidade por parte dos seres sociais que transportarão para a sociedade do capital, sociedade DC, princípios de bem-estar que transformarão uma sociedade com menor desigualdade nas comunidades.

A economia do bem-estar, segundo Sen, pode levar a pessoas a seguir princípios morais diferentes das suas pretensões egoístas e com isso contribuir para um maior bem estar social.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

A resposta de Sen à questão “Podemos nos tornar menos desiguais na sociedade DC?” é o não, ou seja, o caminho para isso acontecer tem que ser baseado no dia a dia que as pessoas levam, pelas capacidades que criam e pela forma como as conseguem transformar os seus próprios bem estar, os seus próprios modos, os seus próprios consumos, numa forma através de um cultivo de princípios morais em bem estares para os outros. Esta transformação do egoísmo pessoal em bem estar coletivo também pode passar para a economia através da aplicação da ética e à passagem a economia do resultado para a economia do bem-estar.

Este pensamento transporta-nos para o sim podemos, como também para o não podemos. É o comportamento dos Seres em sociedade, e, às coisas que passam na vida que os Seres levam em sociedade tal como realmente acontece, que pode contribuir para essa transformação.

John Rawls, levamos à justiça teórica como deveria acontecer com uma sociedade sem Seres e sem moral, porque a moral e a ética estariam nas instituições.

Robert Nozick é o estado perfeito para a sociedade DC, em que o mercado seria o próprio Estado da Natureza, um estado mínimo. No icebergue seria o que estaria debaixo da água não visível e que regularia a parte visível na vida em sociedade.

Como ficamos? Pela ilusão?

O sistema do capital é antes demais um sistema de ilusões, em que o dinheiro é uma das formas que conduz à alienação dos intervenientes do sistema. A sociedade DC é o ponto mais alto do desenvolvimento do capital.

A ilusão está presente através de princípios de ilusão: são as formas de apresentação do capital na sociedade DC como fantasias formadas de modo a criar um princípio de ilusão. A ilusão associada à mercadoria, desejo como feiticismo de Karl Marx ou as fantasmagorias (Walter Benjamin), criam o desejo e a necessidade da satisfação. O dinheiro aparece-nos como o sistema universal da grandeza de valor, que permite aceder ao desejo, cobrir a ilusão da satisfação, e por fim, é o grande facilitador do desenvolvimento do Capital e consolidado da sociedade DC, cada vez mais sem fronteiras a uma escala mundial, planetária, ou como é apelidada globalizada.

As capacidades (referidas por Sen na sua ideia de justiça) podem ser uma ilusão às capacidades como medida para proceder a uma avaliação global dos ganhos ou avantajamentos de um indivíduo na sociedade do capital. Para efetuar coisas que por algum motivo atribui valor. Acaba-se por traduzir em mais ou menos oportunidades, que no final trazem maiores capacidades económicas e em mais rendimentos e capacidades futuras.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

As capacidades estão relacionadas com os consumos de cada um. A maior capacidade de consumo pode trazer uma posição de relevância da sociedade aumentando o nível de desigualdade dos outros, que não tenham as mesmas capacidades para os consumos próprios.

Mas a capacidade social e do meio em que estão inseridos poderá ser ela própria um factor para potenciar o desenvolvimento de capacidades dos Seres, bem como, para o inverso, ou seja, ser um factor inibidor do desenvolvimento de capacidades traduzindo ou contribuindo para o aumento da desigualdade nesse meio. Neste caso a capacidade não se traduz em oportunidade

Estes dois meios, um gerador de capacidades e o que inibida o desenvolvimento de capacidades, traduz em duas sociedades desiguais em que os desejos, objectivos, consumos dos seus seres apresentam diferentes resultados, nas reais oportunidades da vida para alcançar mais que permitam aumentar os rendimentos.

A capacidade pode traduzir-se numa ilusão não gerador da rendimento. Os membros da outra sociedade tem que procurar recursos alternativos para alcançar os seus objectivos e procurar os seu bem-estar. A diminuição da desigualdade por ausência e dificuldade nas capacidades, procuram através de mecanismos de ilusão e as capacidades imaginarias são uma ficção, através de varias ferramentas que começam a criar uma ilusão de realidades. A ilusão da realidade aplicada ao Seres inseridos em meios inibidos de capacidade, em que não são incapazes de alcançar os seus objectivos particulares importantes para o seu bem estar, levam a que a sociedade do capital promova formas artificiais de promover os consumos pessoais.

Este método aplicado à economia, ao mercado de consumo, à sociedade do capital na vertente DC, em que a maioria dos Seres não é capaz de potenciar as sua capacidade de forma a suprir o que atribui valor, a parte escondida de icebergue, fornece através de meio financeiro, instrumentos que lhe permite antecipar esses desejos de valor. Esses desejos de valor associados ao chamamentos do consumo, às promessas de satisfação, e, alterações dos princípios morais e éticos, faz com que os Seres numa situação de desigualdade económica, não tendo capacidades capazes de criar rendimentos, procurem em facilidades aceder aos seus consumos criando o seu próprio bem estar. Esta situação vai funcionando em quanto o próprio sistema funcione e permita funcionar este estado de ilusão.

Pelo desejo de consumo? Podemos criar mais igualdade através do consumo?

Sim, pela criação dos desejos dos próprios consumos dos Seres pode ser criada uma situação de redução da desigualdade económica. Mas como é lógico para podermos responder aos nossos anseios de desejos, temos que ter rendimentos que nos permitam aceder às satisfações.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

A sociedade do capital, como já sabemos e foi provado em vários estudos ao longo da história do capital, a repartição de rendimentos é e sempre foi efetuada de forma desigual e continuada contribuindo para uma crescente desigualdade económica entre os seres da sociedade DC.

A forma escolhida para a redução da desigualdade económica que não permite ao Ser aceder aos seus próprios consumos foi através da criação de facilidades de crédito. O chamado crédito ao consumo que permite ao Ser aceder à aquisição de bens que lhes permita satisfazer as suas necessidades de igualdade. Bens adquiridos a crédito, que será regularizado no futuro que parte dos seus rendimentos presentes e na perspectiva que continuem reduzidos mas constante durante a vida do empréstimo. E assim sucessivamente a sensação de desigualdade económica se vai reduzindo.

Sim, pelo consumo, o consumo através dos bens que possuímos vamos nos apresentando mais iguais perante o próximo, o próximo é quem tem um maior número de rendimentos.

O próprio sistema cria uma série de mecanismos que permitem que esta situação vá funcionando, esta moldado para responder a todas as necessidades de consumo. Pelo sistema financeiro e pelas alterações de princípios morais, que permitam aos Seres aceder mentalmente e depois, materialmente às necessidades induzidas pela ilusão do consumo. A máquina do consumo funciona de forma a procurar criar constantemente as condições para a redução da desigualdade.

Como podemos manter os princípios, morais e éticos de forma a produzir bem-estar e reduzir a desigualdade?

O Ser na sociedade do Capital e na sociedade DC é pautado por princípios de egoísmo e inveja. O egoísmo faz com que todo o sistema do capital, criando nos seres de satisfazer os seus próprios e únicos interesses em primeiro lugar. O egoísmo no sistema do capital molda a essência da condição humana na sociedade regida pelos princípios do capital, sociedade baseada no resultado económico. Este egoísmo transporta-nos muitas vezes para a realização de actos pouco dignos socialmente. Mas essa mesma condição humana egoísta transporta-nos para atos de virtude, impulsos que se transformam em generosidade e desenvolve a atividade económica e transforma muitas ações em bem estar para o próximo. O Seres na sociedade do capital tem transportado muitas vezes os seus interesses para servir e criar condições mais favoráveis de vida para o seu próximo. Existindo muitos exemplos dessa forma de actuar. É esse mecanismo quase invisível que Robert Nozick chama a “mão invisível”.

Jonh Rawls evoca a moral de grupo, as instituições com garante da igualdade e justiça na equidade capazes de produzirem Seres justos. Sen alerta para os perigos da concentração de princípios de justiça nas entidades pode conduzir para em espécie de fim branqueado da moralidade, uma vez que os comportamentos passam a ser representados pelas instituições.

Amartya Sen apresenta dois princípios de jurisprudência de índiana o “niti” e “nyaya”. O “niti” aplicado às instituições que regem a sociedade; e o “nyaya” ao dia a dia da vida das pessoas. Fala da importância da ética se aplicar à economia com princípios morais capazes de aumentarem o bem-estar. a importância de transformar a economia baseada nos resultados para uma baseada no bem-estar. Para isso é importante aplicar a ética à economia e através da alteração de hábitos morais de partilha do rendimento proveniente do capital, no utilitarismo, proporcionar, contribuir para um redução da desigualdade.

O que podemos concluir?

Nesta sociedade DC a forma como a maioria dos seus Seres pensam em tornarem-se mais iguais é através do consumo. Através dos bens que adquirimos, possuímos, fazemos crer, ou fazem-nos acreditar, que a nossa desigualdade diminui e que o próprio sistema do Capital produz mecanismos para de igualdade. Esta é grande embuste do sistema. A ilusão é fabricada pelo consumo e não passa de um ficção, não só continuamos e mantemos a mesma desigualdade económica, bem como a aumentarmos, na medida que muitos dos bens adquiridos e que nos fazem crer de sermos mais iguais bem como vamos correndo o risco de nos tornarmos ainda mais desiguais pelo motivo de a aquisição desses bens serem efetuados através do recurso a crédito. Crédito que será pago com o recurso a rendimentos do trabalho futuro que mantendo a mesma tendência histórica, a repartição irá manter-se reduzida. Assim concluímos que no futuro podemos estar bastante atrás do presente, e com mais responsabilidades.

Mas, como podemos tornarmos iguais através do consumo se o rendimento não é repartido justamente entre o Seres da sociedade DC?

O próprio sistema do capital dá-nos a resposta, vem do próprio sistema, através do “underwater” que começamos a aceder ao dinheiro para consumirmos. O acesso não é efetuado através da necessidade, mas pelo lado da oferta, com o dinheiro, o dinheiro também como bem de consumo. Assim o próprio sistema cria também uma série de ilusões a através da oferta de dinheiro para a compra de satisfação. Entramos no consumo ficcional ou na existência da ficção. Não existe a posse mas sim a ilusão de possuímos, também aplicada ao dinheiro.

Como a forma com adquirimos não é nossa, não vem do nosso rendimento, temos que devolver o que nos foi emprestado. Se vida não correr bem conforme o planeado ou o perspectiva, existe o risco de devolver em espécie material, dado não temos possibilidade de devolver o dinheiro que foi emprestado.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

O engraçado neste sistema é próprio sistema da ilusão permite continuar com a mesma ilusão, tem o mecanismo para continuar a agir da mesma forma através do crédito. Mas com mais crédito para pagarmos agora do dinheiro que utilizamos para consumir, reestruturar é a nova palavra, no novo território uma nova preferência. Assim se não conseguimos pagar, o novo território fornece mais facilidades de crédito para a antiga facilidade que crédito ficar bem.

O NIM de Sen apresenta-nos a economia do bem-estar, a ética e a moral ao serviço da economia. Fala-nos de um sistema de incentivos para melhoramos os princípios económicos.

Se a ética e a moral pode ter um papel importante ao serviço da economia, a regra permite a todos os Seres tenham a igualdade da justiça através da regra.

Se a sociedade DC procura através do consumo a igualdade o meio para o seu Ser aceder com maior rapidez ao consumo, através do crédito, criando a ilusão da igualdade fornecendo não pela distribuição de rendimentos, mas sim pelo crédito.

Só princípios éticos e morais bem como a justiça através da regra a desigualdade pode ser combatida não para nos tornamos todos iguais mas sim para em igualdade possamos aceder a princípios que nos permitem viver melhor e manter a sociedade DC em funcionamento, não terminando com o consumo.

Podemos ser iguais através do consumo... e não através do rendimento?

Através desse rendimento proveniente do Capital, podemos cumprir com as responsabilidades assumidas e assim permite reduzir a nossa desigualdade na sociedade do Capital.

O crédito tem que ser “elástico” para permitir que durante o período de existência essa ilusão funcione. Podemos considerar o crédito como a verdadeira doutrina da sociedade do Capital, a fé no crédito traz-nos igualdade.

O outro recurso para a igualdade independentemente dos níveis de riqueza do Ser social, é a equidade. A Equidade com forma de todos poderem em situação de plena igualdade aceder à justiça, à saúde, aceder aos serviços mínimos para uma existência condigna, não podendo haver discrepâncias na satisfação de necessidades básicas relacionadas com ter ou ter mais ou menos dinheiro (Sen e Rawls). A equidade também numa melhor distribuição de rendimento proveniente do trabalho no capital, e, a uma maior equidade no acesso ao crédito a termos mais igualitários.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

A justiça através de um sistema de regras gerais, aplicadas a toda a sociedade tem que procurar a equidade dos seus seres na relação como as condições que permitam aceder a iguais oportunidades de riqueza, e de subsistência.

Apresenta-se varias contradições ao longo deste trabalho. A primeira ideia de sociedade destes três pensadores. A sociedade englobando os seus participantes, Seres sociais, a concepção do modelo económico. É o que nos diz a economia que quando baseada no sistema do capital e com refere Gilles Deleuze e Felix Guittari, territorializa-se e desterritorializa-se, sempre a procurar resultados imediatos e com prazos cada vez mais curtos.

Pikkete refere nos seus estudos que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A discrepância entre a produção do rendimento e distribuição do rendimento vai aumentando. O fosso entre os detentores de Capital e os que produzem vai aumentando mesmo que as ilusões criadas façam pensar o contrario.

Neste sociedade DC, a forma como todos nós pesamos que nos vai tornar mais iguais é através do consumo, pelo bens que possuímos, fazem-nos crer que a desigualdade diminui e que o próprio sistema produz mecanismo para a igualdade. Ilusão tipo do sistema.

As respostas são dadas pelo próprio sistema do Capital.

O sistema “underwater” que cria os mecanismos para aceder ao dinheiro que permite os consumos. O acesso não é feito através da necessidade, mas pela oferta. Assim o próprio sistema cria também uma serie de ilusões de oferta de dinheiro para a compra da satisfação.

Entramos no consumo ficcional ou na existência funcional. Não existe a posse mas sim a ilusão de possuímos. Ilusão de possuímos o bem que adquirimos, possuímos o dinheiro que nos é emprestado para a adquirimos o bem dos nossos desejos.

No próprio sistema do capital na sociedade DC, o dinheiro também se torna mais leve, tem vindo a desmaterializar-se para responder melhor às nossas necessidades de consumo.

Hoje o dinheiro são bits e, fácil de manusear, sempre virtualmente. Assim é mais fácil de adquirir, usar e gastar sem o manusearmos.

A Sociedade DC fabrica a ilusão da igualdade através do consumo e faz com que os seus Seres sociais se sintam iguais pela posse dos bens.

Mas a resposta à situação da desigualdade não é dada pelo capital, com este continuamos economicamente desiguais.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Sabemos que o ser humano no capital é egoísta, mas o seu egoísmo pode transformar-se em virtude na sociedade do Capital.

O próprio sistema político da sociedade do capital, quando através de políticas que permitam o aumento do rendimento, pela redução da carga fiscal junto dos Seres ou pelo próprio aumento de rendimentos, o próprio sistema cria mecanismo para o crescimento do consumo através do crédito.

Sen apresenta-nos algo diferente, baseado no utilitarismo, a economia do bem-estar, a ética e a moral ao serviço da economia, através de princípios e incentivos para nos tornarmos melhores.

Se a moral e a ética pode ter um papel importante, a regra permite a todos a igualdade da justiça através da regra.

Se a sociedade DC procura através da economia a igualdade, estabelecendo mecanismo para o Ser aceder com maior rapidez ao consumo, através do crédito, criando a ilusão da igualdade.

Só princípios éticos e morais bem como a justiça através da regra a desigualdade pode ser combatida, não para nos tornarmos todos iguais, mas sim, para em igualdade passamos aceder através de princípios de bem-estar que nos permitam ter uma vida melhor economicamente, e manter a sociedade DC em funcionamento, continuando o consumo a permitir a ilusão e satisfação.

Dinheiro + justiça + moral + ética = equidade

Na sociedade do capital a desigualdade é combatida primeiro pela posse de dinheiro, que permite aceder à posse de bens que permitem aumentar o bem-estar; segue-se a aplicação da justiça através da regra, que força todos os seres a praticar os princípios de justiça e tornar a sociedade menos abusada pelo capital; junta-se a moral e ética aplicada pelos Seres da sociedade do capital numa maior correção na distribuição de rendimentos do trabalho. O resultado da soma das parcelas da equação da sociedade DC, dinheiro mais justiça através da regra, juntando-se moral e ética na distribuição do rendimento, dará mais e maior equidade a todos que vivam com o Capital na sociedade DC. Continuará a existir exércitos de consumidores com as suas ilusões consumistas, mas a vida a crédito diminui e o própria igualdade ficcional, contribuído para isso um sistema económico baseado no bem-estar.

Bibliografia

Karl Marx

O Capital

Livro Primeiro - Tomo I - Editorial “Avante!” - Edições Progresso - Lisboa Moscovo 1990

Livro Terceiro Tomo VII - Edições “Avante!” - Lisboa 2016

Max Weber

A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo; Tradução Jose Marcos Mariani de Macedo. - Companhia da Letras - Edição de Antonio Flavio Pierrucci

Walter Benjamin

O anjo da historia/ Walter Benjamin; edição e tradução de João Barreto. - Belo Horizonte: Autentica Editora 2012

Hannah Arendt

A Condição Humana; tradução Roberto Raposo; Junho de 2001; Relógio D'Água Editores.

Amartya Sen

A Ideia de Justiça; tradução Nuno Castello-Branco Bastos - Novembro de 2010; Edições Almedina. S.A.

John Rawls

Uma Teoria da Justiça; tradução de Carlos Pinto Correia. - 3ª Edição, Lisboa Abril 2013; Editorial Presença.

Robert Nozick

Anarquia, Estado e Utopia; tradução Vitor Guerreiro - Novembro de 2009; Edições 70

Gilles Deleuze e Felix Guattari

O Anti-Edipo - Capitalismo e Esquizofrenia 1; tradução Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho - Assírio & Alvim; Edição 0403 - Junho 2004

Mil Planaltos - Capitalismo e Esquizofrenia 2; tradução Rafael Godinho - Assírio & Alvim; Edição 0959 - Outubro 2007

Zygmunt Bauman

Vida para o Consumo; tradução Carlos Alberto Medeiros; Edição digital Abril de 2008 - Jorge Zahar Editora Ltda.

Vida a Credito; tradução Alexandre Werneck; Edição digital Abril de 2012 - Jorge Zahar Editora Ltda.

... a ilusão de igualdade através do consumo ...

Thomas Piketty

O Capital no Século XXI; Tradução Sarah Admopoulos - Outubro 2014; Temas e Debates - Circulo de Leitores

A Economia da Desigualdades; tradução Pedro Elói Duarte - Setembro de 2014; Actual Editora

Any Rand

The Virtue of Selfishness - The New Concept of Egoism - 1961 ; Version _3 Signet Pinguin Group (USA) Inc.

How money Works - The Facts Visually Explained

Great Britain in 2017; Penguin Random House.